



**INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO**

Maria Lúcia da Costa Lima Pereira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

Participação das Associações e Agentes Culturais na Tomada de
Decisão das Programações Artísticas e Culturais do
Município de Viana do Castelo

Mestrado em Gestão Artística e Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do
Doutor Luís Mourão

março de 2012

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Nome: Maria Lúcia da Costa Lima Pereira

Endereço eletrónico: lucialima2@gmail.com

Título da Dissertação: Participação das Associações e Agentes Culturais na Tomada de Decisão das Programações Artísticas e Culturais do Município de Viana do Castelo

Orientador: Professor Doutor Luís Alberto de Seixas Mourão

Ano de conclusão: 2012

Designação do curso de Mestrado: Mestrado em Gestão Artística e Cultural

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU INTEGRAL DESTA
TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE
DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, 23 de março de 2012

Assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha mãe Lurdes pelo exemplo de vida.

Agradecimentos

Ao finalizar este percurso, resta-me agradecer a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram de diferentes formas para que este trabalho chegasse ao fim, partilhando pensamentos e experiências; a todos o meu sincero reconhecimento de gratidão.

Assim agradeço:

Agradeço em primeiro lugar, ao Doutor Luís Mourão, orientador desta dissertação, pela dedicação, disponibilidade, estímulos, orientações precisas e claras que recebi ao longo do processo de pesquisa.

Agradeço, igualmente, a todos os agentes culturais que acederam colaborar nas entrevistas e por terem contribuído para a realização deste projeto.

Expresso, ainda, a minha enorme gratidão ao Doutor José Escalera, que orientou o focus group; o meu muito obrigada.

Finalmente, agradeço à minha família.

Aos meus pais, pelo apoio nos momentos difíceis, pela amizade, confiança e disponibilidade que sempre demonstram, no percurso da minha vida.

Aos meus queridos filhos, Ana Beatriz e Guilherme, pelos sorrisos e alegrias que me proporcionam diariamente.

Ao Delfim, que soube corresponder com paciência, compreensão e carinho e, apesar das minhas ausências, soube sempre dar palavras motivadoras e um apoio incondicional e essencial neste percurso.

Resumo

A política cultural resulta quer da intervenção pública, quer da intervenção privada, com o objetivo de organizar a cultura em vários níveis de intervenção, seja local ou nacional.

As autarquias, nos últimos tempos, têm dado importância às questões culturais, tornando-se num dos agentes estruturantes das políticas culturais municipais, seja na dinamização e criação de espaços culturais, seja no apoio a atividades e projetos, garantindo, desta forma, notoriedade e visibilidade política e social no poder local.

Esta tentativa de desenvolver políticas culturais sustentadas e novos rumos para a intervenção cultural liga-se intrinsecamente à qualidade de vida das populações, às dinâmicas sociais diferenciadas e, de um modo mais estreito, à afirmação das cidades criativas.

O trabalho de investigação levado a efeito dá a conhecer as políticas culturais praticadas pelo Município de Viana do Castelo. Descreve-se e discute-se, à escala municipal, qual o plano estratégico da política cultural autárquica, qual a avaliação e qual a relação de participação com agentes e associações culturais locais na promoção das expressões culturais e no desenvolvimento sustentável, tendo em conta os aspetos geográficos, políticos e socioculturais específicos do Município. Descreve-se e discute-se, igualmente, a participação das associações e agentes culturais na tomada de decisão da programação cultural e na mobilização e intervenção cultural, permitindo conhecer as dinâmicas existentes entre a autarquia e as associações culturais.

março de 2012

Abstract

The cultural policy results from both public and private intervention in order to organize various culture levels of intervention either local or national.

In recent times the municipalities have been giving importance to the cultural issues becoming one of the structuring agents of the municipal cultural politics. Whether dynamizing or creating cultural places whether supporting activities and projects, a political and social awareness and visibility it's achieved in the local power.

This attempt to develop cultural sustained politics and new directions to cultural intervention binds intrinsically to the populations` quality of life and differential social dynamics in a closer way to the affirmation of creative cities.

The investigation that was carried out refers to the cultural politics practised by the city of Viana do Castelo. It is described and discussed at a municipal cultural level, which strategic plan of the municipal cultural politics, which assessment is made and how it relates agents and local cultural associations in what concerns the promotion of cultural expressions and sustainable development taking in account the geographical, political and sociocultural specific aspects of the city. It is also described and discussed the participation of associations and cultural agents when it's taken the decision on cultural programming, cultural mobilization and intervention allowing to know the dynamics between the municipality and its cultural associations.

março de 2012

Índice

Agradecimentos.....	VII
Resumo	IX
Abstract	XI
Lista de abreviaturas.....	XVII
Introdução.....	1
CAPÍTULO I	
QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO	
1.0. Ponto de partida da investigação	5
1.1. Contexto do problema.....	9
1.2. Declaração do problema	9
1.3. Pertinência do problema	11
1.4. Objetivo da investigação	11
1.5. Questões de investigação	12
CAPÍTULO II	
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
2.0. Introdução.....	15
2.1. Revisão da Literatura	16
2.2. Clarificação do conceito Cultura.....	17
2.3. Reflexões sobre políticas culturais	20
2.4. Qual a intervenção e o papel das Autarquias locais nas decisões das políticas culturais locais?	24
2.5. Algumas considerações relacionadas com o perfil e tipologia de cidade criativa .	28
2.6. A importância das dinâmicas dos agentes e associações culturais.....	31
2.7. Públicos da cultura.....	36
CAPÍTULO III	
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	
3.0. Introdução - Considerações metodológicas	41
3.1. Escolha e caracterização do método - a opção por uma abordagem qualitativa	42

3.2. Instrumentos de recolha de dados – objetivos, técnicas e design de investigação	44
3.2.1 A análise documental	44
3.2.2 As entrevistas	45
3.2.3 Focus Group.....	47
3.3. Contexto da investigação	48
3.4. Seleção da amostra	49
3.5. Questões éticas	50
CAPÍTULO IV	
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	
4.0. Introdução - Apresentação dos resultados	53
4.1. Cidade de Viana do Castelo	54
Caracterização geral.....	54
4.2. Em que medida se pode falar numa política cultural no Município, de forma estrategicamente planeada e com objetivos	57
4.3. A importância e a necessidade de o plano estratégico integrar as seguintes dimensões: liberdade de expressão – oportunidades para os criadores - cidade criativa – desenvolvimento local e preservação de espaços	60
4.4. Participações dos múltiplos atores locais nos processos de planificação estratégica, na definição de objetivos, na programação cultural e na avaliação de planos, programas, projetos e sua contratualização	62
4.4.1 Estímulo por parte do Município no envolvimento e participação dos diversos atores	62
4.4.2 Participação dos múltiplos atores locais e seu relacionamento.....	64
4.4.3 Programação Cultural Municipal e dos Agentes Culturais.....	65
4.4.4 Avaliação e atribuição dos subsídios.....	67
4.4.5. A necessidade de contratualizar permitindo rentabilizar recursos.....	70
4.5. A política cultural do Município integra uma visão holística dos problemas urbanos e a consequente integração e concertação entre políticas locais setoriais?	71
4.6. A importância da existência de um Conselho e de agentes culturais no aconselhamento da Câmara Municipal no planeamento estratégico.....	73
4.7. O que é que a Cultura atual pode oferecer em termos de turismo como forma de valorizar o produto da região.....	73

4.8. A importância que a atual política autárquica atribui à criação e formação de públicos	76
---	----

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.0. Etapas de um percurso investigativo.....	81
---	----

5.1. Conclusões	82
-----------------------	----

Referências Bibliográficas	87
----------------------------------	----

ANEXOS

Anexo 1 - Guião das entrevistas.....	97
--------------------------------------	----

Anexo 2 - Informação e pedido de colaboração e autorização para a utilização de direitos de imagem	103
--	-----

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Percentagem de Associações e Grupos Culturais	55
---	----

Gráfico 2 – Número de eventos anuais apoiados pela Câmara Municipal.....	56
--	----

Lista de abreviaturas

A21L	-	Agenda 21 Local
AISCA	-	Associação de Intervenção Social, Cultural e Artística
AO NORTE	-	Associação de Produção e Animação Audiovisual
CGLU	-	Cidades e Governos Locais Unidos
CIM	-	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima
CM	-	Câmara Municipal de Viana do Castelo
GCDENVC	-	Grupo Cultural e Desportivo dos Estaleiros Navais de V. Castelo
GEA	-	Grupo Etnográfico de Areosa
MAO	-	Marionetas, Atores & Objetos Grupo Teatro

Introdução

A iniciar este género de prelúdio, do estudo Participação das Associações e Agentes Culturais na Tomada de Decisão das Programações Artísticas e Culturais do Município de Viana do Castelo, refira-se que a sua apresentação, para além da presente introdução, organiza-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, é descrito o ponto de partida da investigação, o contexto local onde se desenrolará, o estudo de caso, qual o problema, a sua pertinência e os objetivos do estudo.

No segundo capítulo, são aprofundadas, em função da revisão da literatura efetuada, as palavras-chave que enquadram a investigação, suportada por vários autores, várias perspetivas e pontos de vista sobre aspetos do domínio cultural, a saber: cultura, políticas culturais, intervenção autárquica, cidade criativa, associativismo e públicos da cultura.

O terceiro capítulo, dedicado à metodologia de investigação, explicita o tipo de estudo levado a cabo, as técnicas e procedimentos de investigação, a amostra, as questões éticas e o tratamento de dados utilizados.

No que diz respeito ao quarto capítulo, este descreve o contexto local onde se desenvolveu o estudo de caso e apresenta os dados decorrentes do trabalho de campo. No quinto, e último capítulo, são apresentadas algumas reflexões finais.

CAPÍTULO I

QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

1.0. Ponto de partida da investigação

Considerando que uma política cultural do séc. XXI não pode fundamentar-se apenas na programação das artes e na salvaguarda do património, e muito menos pensar na configuração desses espaços culturais, de forma metódica e rotineira, podendo levar a implementar projetos desestruturantes, organizando programações culturais avulsas e desajustadas para segmentos, mesmo que restritos, numa lógica e consumo de produtos de entretenimento, tive a oportunidade de efetuar uma pesquisa de cariz académica intitulada “Planeamento de Políticas Culturais Existentes na Autarquia de Viana do Castelo: Exigências e Ofertas” (Pereira, 2010), com agentes do setor cultural vianense com diferentes formações, experiências e inserções profissionais, representando quatro associações culturais (amostra) numa mesa redonda (*focus group*) que expuseram e tomaram conhecimento de várias perspetivas e pontos de vista sobre aspetos do domínio cultural [político-cultural] da autarquia da cidade vianense, sendo uns mais críticos, outros mais prospetivos, uns mais descritivos outros mais reflexivos. Também tive a oportunidade de abordar esta temática com a atual Vereadora da Cultura.

Este estudo procurou conhecer se existia um planeamento de políticas culturais dinâmicas, concertadas e estratégicas em Viana do Castelo ou se, por outro lado, apresenta uma linha programática com ausências de políticas culturais descentralizadas, desterritorializadas, procurando o protagonismo “de segmentos particulares de gosto (...) refletindo o presidencialismo municipalista”, tal como refere Lopes (2000:83).

Mediante a recolha de informação, através da investigação efetuada, a evidência para tal afirmação parece ter consistência, considerando que se averiguou existirem algumas debilidades no sentido de articular a Cultura com a Educação, uma vez que a Vereadora da Cultura tem a seu cargo três pelouros: Cultura, Educação e Turismo. A Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Viana do Castelo, (Guerreiro, 2010), considera, no entanto, que o investimento nas Associações é importante, referindo que uma das principais dificuldades com que se depara para cumprir os objetivos da atual política cultural é o constrangimento financeiro, por outro lado, o apoio logístico é sempre concedido quando solicitado pelas associações. No entanto, os agentes culturais (Pereira, 2010) referem que consideram uma política errada, o facto de a autarquia atribuir a mesma verba a todas as associações, independentemente das atividades que estas promovem, não existindo um controlo de quem faz o quê.

Acrescenta, ainda que o município, no início de cada ano civil, deveria fazer duas coisas muito importantes: quais as necessidades culturais da cidade e do concelho e pensar num programa cultural para o qual obrigatoriamente deveria convidar todos os agentes culturais a participar/colaborar. Será que atualmente já existe essa auscultação? Como é efetuado, quem participa? Como são envolvidas as entidades culturais, que dinâmica lhes é impressa, qual a forma de os comprometer com a programação definida, considerando que há grupos que têm uma atividade e ação constante, permanente, metódica, estudada, estruturada, preparada e planeada tal como referiu Barbosa (2010)? Já Guerreiro (2010), encontrando-se no início desse mandato, discorria a importância de saber quais são as associações, equipas que estão a trabalhar, referindo a importância dessa monitorização, avaliação. Como o fez? Como afetou essa avaliação? Segundo os agentes culturais não deve ser esquecida a monitorização dessas atividades culturais como forma de promover a qualidade e sustentabilidade da cultura local.

Ribeiro (2010) considera que a política cultural ao nível autárquico na área da promoção da identidade, tanto quanto lhe é possível observar, tem efetivamente sofrido, por inércia, uma promoção da identidade que é óbvia, que é a promoção de uma identidade regional dos valores tradicionais.

Em relação ao propósito da participação cívica e da sustentabilidade a nível cultural, Ribeiro (2010), referiu que parecem muito frágeis e, se é que os há, porque efetivamente uma política cultural e uma promoção de uma identidade são, em si, pluridisciplinares, considerando que não se enquadram nesta ideia de estratégia e que o fomento da participação cívica, sustentabilidade e desenvolvimento cultural, são residuais ou não existem. Neste sentido, é levantada a questão de se o município tem uma estratégia definida em termos culturais, e se tem presente a necessidade de equacionar um desenvolvimento cultural sustentável?

Os agentes entrevistados são de opinião que as sucessivas vereações têm tido a preocupação de articular a cultura com a educação do ponto de vista pedagógico. Os inquiridos partilharam da opinião de que a cidade tem pouca oferta cultural com ausência de programação, sem vida noturna e uma reconhecida lacuna da contemporaneidade. No entanto, Guerreiro (2010), referiu que tinha um grande desafio para os próximos quatro anos que era fazer com que Viana tenha a outra componente, a da contemporaneidade. O que foi feito nesse sentido? Que áreas foram abordadas? Que dinâmicas foram criadas, quais as linhas orientadoras? Será que as associações culturais foram chamadas a intervir? Será que as associações culturais criam projetos

culturais com a mesma filosofia que a Câmara Municipal? Caso afirmativo, não deverá a Câmara contratualizar os serviços das associações, e no fim avaliar os resultados, permitindo rentabilizar quer os recursos humanos quer financeiros? Partilham da opinião de que os agentes culturais devem ser intervenientes ativos nas políticas locais como potenciadores da cultura e como veículos de promoção regional, e que as atividades culturais devem ser monitorizadas como forma de promover a qualidade e sustentabilidade da cultura local.

Em relação à herança cultural, uns partilham da opinião de que não existe nenhuma atividade cultural ligada às tradições com alguma pujança nacional, tendo existido inércia na promoção da identidade. Outros consideram que a componente tradicional está perfeitamente consolidada. No entanto, é questionado se a cultura não é mais abrangente que isso, e, dado existir várias potencialidades em Viana do Castelo a vários níveis, não será necessário potencializar isso, numa perspetiva global?

Barbosa (2010) e Sardinha (2010), consideram paradoxal quando alguém vem a Viana do Castelo ver a arquitetura e depois não tem oferta turística na cidade, acrescentando que a cidade ao longo dos anos passou ao lado de todos os roteiros culturais de oferta de espetáculos, referindo que “vimos localidades como a Vila de Ponte de Lima, Famalicão, Guimarães, Barcelos a ter uma pujança enorme, trazendo aos municípios grupos diversos de dança, de teatro, de música, etc”. Será que nunca houve a tentativa de se aliar com outros municípios e fazer parcerias?

Julgar as exigências e as ofertas desse período obriga a refletir sobre modelos de desenvolvimento cultural e político, e analisar planos estratégicos culturais de sucesso. Articular, de forma crítica e reflexiva, a cultura com a vida da cidade, e interpelar o sentido de participação das pessoas, só se consegue encarando com um forte pensamento estratégico das políticas culturais da cidade. Será que esse pensamento estratégico desde então surgiu? Barbosa (2010), Sardinha (2010), Meira (2010) e Ribeiro (2010), reconhecem a necessidade que a política cultural da Câmara Municipal deveria ser estruturada e obrigar as associações a contactar umas com as outras, podendo resultar de uma planificação fomentadora e resultar de diversas atividades entre si. Como é que as associações veem a importância ou não da existência de um Conselho e de cidadãos no aconselhamento da Câmara Municipal no planeamento estratégico?

Será que a política cultural a nível municipal propôs uma Cultura Cívica, a cultura promovida para e com os cidadãos, participativa, não reduzindo a produção cultural de

uma sociedade à hegemonia ou ao pensamento único. Isto, se quisermos conferir a Viana do Castelo as mesmas hipóteses de desenvolvimento cultural, científico, artístico e criativo que as existentes nas pequenas e médias cidades dos outros países da Europa, tal como referiu Barbosa (2010) e Sardinha (2010).

No entanto, não será necessário que as pessoas da cultura/atores locais se juntem para dar o seu contributo, partilhando conhecimentos e estar abertos à troca e à partilha de saberes, que em sinergia, se transformem em produções maiores e mais ricas? Para que o cenário aconteça deve ser promovido com políticas ativas, meios humanos, técnicos e financeiros, devendo estar ao dispor dos atores em estreita sintonia com os entes públicos. Será que a cidade está a fazer um esforço continuado e constante para que a cultura se afirme como uma mais-valia na construção da cidade atrativa e visível?

Maria José Guerreiro (Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Viana do Castelo) pretendia manter aquilo que já estava consolidado e abrir novos horizontes culturais em Viana, quer através da realização dos projetos que já vêm de trás, assim como fazer e construir uma nova programação, contando com os agentes locais, outros internacionais e até dando outro reaproveitamento dos equipamentos culturais tradicionais.

As associações já reconheciam algumas inovações. A Vereadora ocupava o cargo há pouco tempo e pretendia fazer uma avaliação rápida da programação. Neste espaço de tempo que mediou, de então para cá, o que há de novo? O que pensará o grupo de focagem? Que avaliação faz a Vereadora da Cultura neste momento? Que práticas foram alteradas? A Divisão de Ação Cultural dispõe na mesma de 25% de dotação orçamental? Que efeitos e que impactos gerou nas dinâmicas culturais de Viana? De que forma a Vereadora entende que o consumo das atividades culturais, designadamente artísticas, implica um nível de participação?

Terá a cidade uma participação ativa, assídua e intensa, com linhas programáticas de investimento, equipas da cultura, equipamentos, programação cultural e agentes culturais locais, permitindo aceder a uma oferta sistematizada e regular, libertando energia e novos recursos para o desenvolvimento da cidade vianense?

Faria (2008) refere que a cidade criativa agrega criativos e investidores, dá origem a uma vitalidade de empresas criativas e artísticas contribuindo para a riqueza da vida cidadina. Faria (2008) refere ainda a importância da cidade dinâmica, dos novos

projetos, das relações sociais, das redes locais e da importância da programação cultural como pensamento estratégico urbano.

Neste sentido é pertinente implementar políticas culturais participativas e sistêmicas, segundo diversos modelos de descentralização. Uma política cultural para uma cidade de pequena dimensão implica, pois, previamente, “uma atitude política para a cultura” e “esta dificilmente existirá se não houver uma verdadeira formulação de política global” (Lopes, 2000: 86). Para Azevedo (2003), criar e dinamizar equipamentos com valências culturais tornou-se um dos objetivos estruturantes das políticas culturais municipais. Acrescenta ainda que os equipamentos culturais são, tanto mais, instrumentos de planificação e realização das atividades culturais quanto mais concebidos numa lógica de rede intermunicipal.

1.1. Contexto do problema

A participação do cidadão e das associações culturais nas decisões públicas da programação/agenda cultural das cidades, poderá consubstanciar um dos pilares das democracias modernas. Porém, esta participação parece estar sempre condicionada aos desideratos camarários/institucionais e funcionais das organizações estatais, enquanto supremo administrador, no contexto das políticas culturais e no âmbito da Gestão Cultural (Ribeiro, 2007).

Neste contexto, questionam-se as formas de participação das associações culturais e dos cidadãos na tomada de decisão das programações artísticas e culturais na Câmara Municipal de Viana do Castelo, procurando saber se não serão ainda muito elementares, se se limitam aos contatos pessoais destes com os vereadores da cultura ou presidentes de câmara. Quando existe alguma participação será, esta, objeto de auscultação institucionalizada?

1.2. Declaração do problema

O reconhecimento de que o desenvolvimento do Município não pode ser efetivado sem o acompanhamento cultural, é um dado que deve estar presente nos vários níveis da administração pública, no entanto, nas cidades de pequena dimensão, a ausência

de políticas culturais não se verifica pelo seu desconhecimento ou intervencionismo do poder local, mas segundo Lopes “não raras vezes, a política cultural da autarquia, refletindo o *presidencialismo municipalista*, é o reflexo pouco subtil do gosto do seu responsável máximo” (Lopes, 2000:83).

Torna-se importante refletir sobre modelos de desenvolvimento cultural e políticas culturais locais, para poder analisar planos estratégicos culturais de sucesso da região, participados e ativos, proporcionando uma avaliação sustentada e uma representação dos interesses e contributos da comunidade, permitindo consequentemente, uma transformação social e cultural de cada contexto.

Considera-se pertinente saber qual o relacionamento entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo e as associações culturais, ou seja, quais as normas e as práticas do relacionamento entre a vereação da cultura e as associações culturais e que tipo de canais de comunicação existem para estes intervirem, a título coletivo, na tomada de decisão das políticas culturais e na programação cultural. Procuram-se, por um lado, identificar os canais formais e os informais desse relacionamento, por outro lado, se o poder autárquico responde aos interesses das associações culturais locais mais dinâmicas, com estratégias de inovação e participação cívica, ou, se as associações culturais sentem um desfazamento entre as potencialidades e as capacidades das mesmas, entendendo, estes, que o governo local não sente os problemas ou necessidades a que as associações querem dar respostas e, consequentemente, quem melhor pode ajudar a encontrar as soluções, considerando que existe um défice de inovação no exercício do poder no âmbito desta temática.

Na esfera da administração local camarária, a temática da participação das associações culturais e, especialmente, a propósito da incidência desta na tomada de decisão, tem surgido com esporádicas referências, mas não surgiu uma iniciativa que mereça destaque, tal como foi notório na necessidade sentida pelo grupo de focagem (Pereira, 2010:38), reconhecendo, porém, as associações presentes, algumas inovações nesse sentido. No entanto, também foi notória a necessidade sentida, de algo que perturba, ao analisar a situação do setor “Planeamento de Políticas Culturais Existentes na Autarquia de Viana do Castelo: Exigências e Ofertas”. Quem exige o quê? (qual o estado). Qual é o desenho das ofertas? Que apoios financeiros são confinados às associações? E logísticos? Com quem é feita as parcerias da programação?

O ponto onde pretende incidir o estudo é junto das associações culturais das artes cénicas (Teatro à Sexta), música (Fundação Átrio da Musica de Viana do Castelo), produção de animação audiovisual - cinema (AO NORTE), etnografia (Grupo de Etnografia de Areosa - GEA), edição (Grupo Cultural e Desportivo dos Estaleiros de Viana do Castelo) e, uma outra que contempla um destaque notável na Intervenção Social, Cultural e Artística (AISCA). O estudo foi definido por temas, assim como o número de ações foi de acordo com a disponibilidade dos intervenientes, quer por parte das associações, quer por parte da autarquia.

1.3. Pertinência do problema

Este estudo prende-se com o facto de a autora ter efetuado uma pesquisa de cariz académico, com agentes do setor cultural vianense, com diferentes formações, experiências e percursos profissionais, representando associações culturais, onde se constatou, através do debate, as dificuldades financeiras, necessidade de auscultação e a participação ativa na tomada de decisão das políticas culturais e na programação cultural.

Neste sentido, a justificação do tema é fruto de um interesse de cariz pessoal, relacionado, por um lado, com as temáticas do curso, e por outro com as funções que a investigadora espera vir a desempenhar na vida profissional, e também pelo desafio de realizar uma averiguação nesta temática dada a carência de trabalhos desta natureza permitindo tornar estimulante o presente projeto de investigação.

1.4. Objetivo da investigação

A investigação que aqui se propõe, tem como objetivo conhecer as políticas e práticas culturais de Viana do Castelo, e se, estas, são um reflexo de políticas culturais participativas, sistémicas e abrangentes no desenvolvimento cultural local.

Após a exposição efetuada nos pontos anteriores, parece demonstrada, de forma clara e inequívoca, a pertinência do desenvolvimento desta investigação e a formulação e definição dos seguintes objetivos deste projeto:

- i) Investigar políticas culturais locais e, especificamente, as da Autarquia de Viana do Castelo;
- ii) Refletir sobre as estratégias de promoção da identidade cultural local e respeito pela diversidade cultural;
- iii) Avaliar a periodicidade, diversidade, qualidade, participação cívica e a sustentabilidade das atividades culturais desenvolvidas em Viana do Castelo.

1.5. Questões de investigação

Assim, no estudo Participação das Associações e Agentes Culturais na Tomada de Decisão das Programações Artísticas e Culturais do Município de Viana do Castelo procurou-se dar respostas às seguintes perguntas:

- i) Quais as normas e práticas do relacionamento entre a vereação da cultura e as associações culturais e que tipos de canais de comunicação existem para estes intervirem a título coletivo na tomada de decisão das políticas culturais e na programação cultural?
- ii) Que mecanismos utiliza na avaliação das atividades culturais que decorrem no Concelho?

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.0. Introdução

Pretendeu-se com a tarefa do enquadramento teórico conhecer tanto quanto possível a bibliografia que consideramos pertinente para a presente investigação, procurando sublinhar as temáticas e problemáticas do presente projeto de estudo.

Dada a dimensão concetual dos temas e problemas intrínsecos ao projeto, e a necessidade de estabelecer relações entre os tópicos, dividimos o processo de revisão bibliográfica em função de contrastação de referenciais, tendo em conta que todas as leituras foram orientadas no sentido da sua utilidade ao projeto de estudo, assim como tendo presente a dimensão das políticas culturais municipais e a participação das associações e agentes culturais na tomada de decisão, particularmente na contribuição dos efeitos de desterritorialização e descentralização.

A revisão bibliográfica que se apresenta constitui um quadro de referências teóricas, reconhecendo, no entanto, que muitas outras poderiam ser abordadas e aprofundadas dada a amplitude da temática.

Esta revisão começa por clarificar o conceito de cultura.

Seguidamente foi dedicado à temática políticas culturais, tentando perceber-se qual o significado de políticas culturais, como decorreu a sua evolução e os inúmeros desafios que se apresentam.

Num terceiro tópico, tentou-se perceber qual a intervenção e o papel das autarquias locais nas decisões políticas culturais.

Posteriormente, foram abordadas algumas considerações relacionadas com o perfil e tipologia de cidade criativa e a sua importância nos tempos presentes e vindouros. Num outro tópico foi referida a importância das associações culturais e a pertinência das suas dinâmicas.

A terminar este enquadramento teórico foi realçada a temática de públicos da cultura.

2.1. Revisão da Literatura

“É preciso descentralizar a vida cultural, no plano geográfico e no administrativo para assegurar que as instituições responsáveis conheçam melhor as preferências, opções e necessidades em matéria da cultura. É essencial, por consequência, multiplicar as oportunidades de diálogo entre a população e os organismos culturais.

Um programa de democratização da cultura obriga, em primeiro lugar, descentralização dos lugares de recreio e fruição das belas-artes. Uma política cultural democrática tornará possível o desfrute da excelência artística em todas as comunidades e entre toda a população” (Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, 1985:4).

De acordo com a Conferencia Mundial sobre políticas culturais, a democratização cultural tem como pilar uma política cultural sustentada, dando particular relevância à relação entre cultura, comunidades, população, e à descentralização de espaços culturais, permitindo a criação e fruição, com o objetivo de garantir a participação dos indivíduos na vida cultural e seu acesso, referindo ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece, no seu artigo 27, “que toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar do progresso científico e dos benefícios que deles resultem. Os Estados devem tomar as medidas necessárias para alcançar este objetivo” (Conferencia Mundial sobre políticas culturais, 1985:3).

Saliente-se ainda que esta participação refere-se, quer no processo de criação de bens culturais, quer na tomada de decisão, à vida cultural, assim como à sua difusão e fruição.

Os efeitos de desterritorialização e descentralização começam a ser visíveis, com especial impacto, nos pólos urbanos de média dimensão analisados pelas equipas coordenadas por Santos (2007). Argumentam ainda que as Práticas Artísticas Culturais deveriam fazer parte do quotidiano da sociedade, competindo às cidades promover iniciativas artísticas e culturais com regularidade.

Para Faria (2008), são, pois, as cidades que têm que se afirmar como pólos de desenvolvimento, não os países. Silva (2007) refere que o acesso das populações aos bens culturais vem sendo uma preocupação largamente dominante em Câmaras com

diferentes perspectivas políticas. Silva refere ainda que é importante a dinâmica de crescimento da intervenção municipal no setor da cultura e do seu papel na conformação da oferta e procura cultural. Argumenta também que as Autarquias respondem, em geral, positivamente aos programas nacionais para a descentralização e difusão das artes do espetáculo. Esse princípio de descentralização, mencionado por Silva (2007), tem estado presente nas discussões públicas como uma prioridade.

Assim, torna-se necessário clarificar o conceito de cultura para aportar o tema de políticas culturais, democratização da cultura, descentralização e participação cultural, associado às expressões culturais e artísticas, através do cruzamento multidisciplinar das diferentes manifestações das artes a partir da diversificação das atitudes, formas e relações estabelecidas com a cultura, assim como a receção dos bens culturais.

Rubim (2006) refere a importância de esclarecer o conceito de cultura imanente à política cultural, acrescentando que a amplitude do conceito não apenas delinea a extensão do objeto das políticas culturais, mas as questões a serem enfrentadas por tais políticas, como as relações pretendidas e realizadas entre modalidades culturais, sejam elas: erudita, popular, regional, nacional, macrorregional e global.

2.2. Clarificação do Conceito Cultura

Constata-se que são apresentadas uma panóplia de definições, relacionadas com o conceito cultura, considerando-a um termo de carácter polissémico e um processo dinâmico, uma vez que toda a cultura é evolutiva. A cultura tem um valor educativo complexo, não esquecendo que a cultura integra os diferentes segmentos de população, tendo um papel a desempenhar no reforço da coesão e inclusão social. As definições de cultura são produzidas no seio das ciências sociais e humanas, onde são apresentadas um vastíssimo leque de interpretações, discussões e valências.

Relativamente aos propósitos deste objeto de investigação consideramos pertinente o uso de uma definição dilatada do conceito de cultura, tal como aquela veiculada pela Declaração sobre Políticas Culturais no seu sentido mais amplo: “a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (...). Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como projeto

inacabado, põe em questão as suas realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem” (Conferência Mundial da ICOMOS, México, 1985:1).

Por outro lado, Ferin (2002) apresenta uma exposição dos diversos conceitos de cultura que permitem compreender a amplitude do conceito, fazendo uma abordagem geral às diferentes aceções presentes no ocidente desde o Iluminismo, no início do século XVIII, quando surgiu a polémica entre cultura e civilização. A autora aborda o conceito desde a conceção teórica de cultura, dominante nos países ocidentais até meados do século XIX, passando pelas conceções descritivas e simbólicas, à marxista, à estruturalista, à sociológica e ainda à importância cultural dos Estudos Culturais Britânicos, finalizando com as tendências e conceção atual da cultura, tendo presente que depreende-se das inúmeras definições – momentos temporais diversos, a múltiplos campos disciplinares e paradigmas – que “o conceito cultura tem pertinência central nas Ciências Sociais e Humanas, abarcando todos os campos da vida em sociedade” (Ferin, 2002:47).

Ribeiro (2009) relembra que “a cultura deve ser pensada como um sistema de inter-relações dos membros de um grupo – entre si, mas também entre as suas práticas e memórias – (...); um horizonte em permanente revisão e reconstituição, onde também cabem aspetos variados das vidas das comunidades ou dos grupos” (2009:22). Letria reforça esta ideia referindo que “a cultura é sempre um projeto de desenvolvimento e de integração social, no qual a diversidade é geradora de qualidade, de criatividade e de respeito pela diferença” (2000:133). Afirma ainda que “a cultura não é nem pode ser encarado como um espaço isolado, autónomo ou feudalizado” (Ibidem:27).

Martelo argumenta ainda que a cultura é um sistema complexo, quer de atividades e práticas, de atitudes e comportamentos, de valores, de potencialidades de experimentação, inovação e criatividade, e de capacidades para responder aos desafios da realidade em evolução constante (2006:5). Realça ainda a Cultura como condição essencial do exercício da cidadania, determinante da liberdade e da autonomia dos cidadãos, e fator fundamental de afirmação da identidade cultural dos territórios/comunidades locais (2005:43). Miranda refere que a cultura abrange a língua e as diferentes formas de linguagem e de comunicação, “os usos e costumes quotidianos, (...) as formas de organização política, o meio ambiente enquanto alvo de ação humanizada” (2006: 2).

Oliveira (2004) cita Jean-Claude Passeron (2003:368), referindo que o conceito cultura “continua a ser nas ciências sociais e políticas um daqueles mais difusos pela infinita diversidade dos seus usos e descrições” (2004:144). Donders vai mais longe afirmando que “La cultura no es algo inactiva i fijo, no es un simple resultado, sino un proceso dinámico” (2005:162). Piñón (2005) reforça o conceito ao afirmar que “La cultura es un punto en el corazón de los estilos de desarrollo y debe tener una presencia central en las políticas públicas”. Acrescenta ainda que “la cultura es el reservorio vivo de capacidades, a partir de las cuales, pensar y actuar en nuestras sociedades y sobre las cuales construir condiciones de equidad e igualdad de oportunidades” (Ibidem:22).

A cultura é, assim, entendida como uma condição essencial do exercício de cidadania, do desenvolvimento dos cidadãos e da democracia participativa, assente em políticas públicas que articulem com instituições, associações e entidades culturais, permitindo um diálogo, intercâmbio quer de ideias, experiências, vivências, assim como, o conhecimento de tradições, valores e modos de vida, caracterizando uma sociedade e um grupo social, como um espaço crucial para a ação cultural consciente e novos discursos, sublinhando ainda Ribeiro (2009) que nos diz que há necessidade de rever o conceito, sendo fulcral na constituição de um discurso simbólico (Ibidem:21).

Letria acrescenta que, a cultura é interdisciplinar, encontrando-se articulada e interligada a múltiplas realidades, por outro lado, considera que a cultura é um fator inquestionável de desenvolvimento, espiritual, social e económico nas suas múltiplas formas de expressão e pela presença mais intensa no quotidiano das comunidades. Letria reforça ainda que, a cultura é hoje, em sociedades desenvolvidas, “o espaço de encontros e desencontros, de partilhas e renúncias, no qual, frequentemente, se geram insanáveis equívocos e incontornáveis interrogações” (2000:33).

Este apelo à participação da população pode traduzir-se em diferentes momentos da atividade artística, desde a criação, a produção e a apresentação do evento, permitindo uma aproximação quer das artes, quer da cultura, possibilitando assim partilha de experiências e dinâmicas que visam a dessacralização da cultura, a aproximação e a interação dos públicos e modos de vida, podendo gerar impactos significativos, resultado de interpretações, oportunidades e desenvolvimento humano, assim como gerir políticas de identidade e cultura.

2.3. Reflexões sobre políticas culturais

Rubim refere que “inúmeros são os desafios enfrentados pelas políticas culturais desde a sua invenção em meados do século XX. (...) Transversalidade e diversidade cultural são essenciais para entender os novos desafios” (2009:93). Revela ainda que as posições de grande parte dos autores que já se debruçaram sobre o tema das políticas culturais “comportam variações nada desprezíveis, mas parece existir alguma mínima convergência acerca de aspetos da temática” (2009:94).

Centeno refere que “O poder político em Portugal, independentemente de se situar mais à direita ou à esquerda, tem vindo a reconhecer a autonomia relativa do campo cultural” (2009: 2983). Ribeiro (2009) vai mais longe e afirma que durante muito tempo, as políticas culturais da responsabilidade dos governos nacionais classificavam-se politicamente a partir de tradições presumivelmente óbvias: uma política cultural de direita privilegiava o património, já os governos da esquerda julgava-se que apoiassem a criação das artes contemporâneas. Acrescenta que, em ambos os casos, longamente se excluíram as práticas culturais e artísticas (2009:9). Sublinha ainda que esta política cultural da esquerda - que os governos franceses, até mesmo os de direita, reivindicam, desenvolveu três orientações programáticas ainda hoje presentes nas discussões públicas sobre governos e cultura, apesar do anacronismo de algumas, tais como, a criação de obras subsidiadas pelo Estado, a democratização no acesso aos bens culturais e a descentralização (Ibidem:13). Ribeiro (2009) alerta ainda para a necessidade de nos determos a analisar as três orientações das políticas culturais enunciadas, permitindo, assim, entendermos melhor as consequências na atualidade.

De acordo com o depoimento publicado por Melo¹ (1997) uma conceção ativa da política cultural, a prossecução do objetivo de democracia cultural, entendida de uma forma aberta e dinâmica, implica uma valorização e promoção do pluralismo - “e designadamente das suas dimensões de inovação e experimentação, enquanto valores fundamentais para a transformação e dinamização criativa do tecido cultural e social global” (1997:10).

¹ O depoimento publicado resulta da comunicação apresentada pelo autor na 1.ª Mesa Redonda promovida pelo Observatório das Atividades Culturais, sobre o projeto Políticas Culturais Nacionais, realizado no Centro Cultural de Belém a 14 de Maio de 1997.

Na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (México, 1985), foram afirmados solenemente os seguintes princípios que devem reger as políticas culturais: Identidade Cultural, Dimensão Cultural do Desenvolvimento, Cultura e Democracia, Património Cultural, Criação Artística e Intelectual e Educação Artística, Relações entre Cultura, Educação, Ciência e Comunicação e, por último Cooperação Cultural Internacional.

“As políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre interesse público e privado, vocação pública e institucionalização da cultura. Uma excessiva institucionalização, ou a excessiva prevalência do mercado único distribuidor de recursos culturais, comporta riscos e levanta obstáculos ao desenvolvimento dinâmico dos sistemas culturais. A iniciativa autónoma dos cidadãos, individualmente ou reunidos em entidades e movimentos sociais (...)”

(Agenda 21 da Cultura, Fórum Universal das Culturas, 2004:4).

A Declaração Universal sobre a Diversidade cultural (2002) revela, no artigo nono, que as políticas culturais são catalisadoras da criatividade, devendo criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial.

Neste sentido é urgente a implementação de políticas culturais que sejam promotoras da diversidade cultural, participativas e abrangentes, permitindo a mudança, o desenvolvimento cultural das cidades e sua transformação urbana e social, com uma visão alargada, vindoura e não estanque, assentes no desenvolvimento de acordo com as suas características locais, e segundo as suas dimensões políticas, sociais e económicas, encontrando soluções e desenvolvendo processos de planeamento estratégico para a cultura.

Costa (1997) realça os aspetos decisivos tais como a descentralização de decisões, recursos e atividades, das articulações entre serviços públicos, das autarquias, associações e sistema de ensino, do reconhecimento e inclusão da diversidade de expressões culturais e, ainda, tanto do respeito pelas identidades culturais como da abertura à alteridade cultural (Ibidem:12). O autor vai ainda mais longe e cita Augusto Santos Silva (1995 e 1997), referindo que, de acordo com o autor, as políticas culturais podem, hoje em dia, ser analisadas sob um ângulo privilegiado, o das relações entre Estado e sociedade civil em matéria de ação cultural. Revela ainda que as políticas culturais são objeto de análise complexa e que a análise comparativa das políticas

culturais tem gerado diversas tipologias conceituais, sendo que as mais utilizadas, no âmbito das organizações internacionais, são as seguintes: políticas culturais carismáticas, políticas de democratização da cultura, e políticas de democracia cultural.

Fazendo uma avaliação, parece pertinente e urgente uma implementação de políticas culturais locais, sendo necessário fazer um diagnóstico de avaliação local das políticas culturais em diversas áreas de intervenção.

“Las políticas culturales recalcan así en un vértice en el que confluyen los gobiernos, los mercados y la sociedad civil. En esse vértice tiene lugar el proceso de producción, distribución de bienes y mensajes. Es un proceso delicado en el que se sedimentan las memorias. Un sinuoso recorrido temporal, marcado por diferencias y conflictos, en el que se van generando condiciones para la innovación y la creatividad” (Piñón, 2005: 23).

Segundo o autor, é necessário que a política cultural se oriente e estabeleça finalidades essenciais no sentido do desenvolvimento do tecido cultural, de modo a conseguir um equilíbrio dinâmico entre a defesa e valorização do património cultural, o apoio à criação artística, a estruturação de equipamentos e redes culturais, a aposta na educação artística, na formação dos públicos e na promoção da identidade cultural local. Esta opção de qualificar o conjunto do tecido cultural, na diversidade, produção, distribuição, participação cívica, estímulo da criatividade, é certamente uma forma coerente de promover a coesão, criar sinergias, diversificação dos públicos das culturas, desenvolvimento de práticas e fomentar a riqueza do património.

Por outro lado, Pais, na introdução do livro *“Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas”*, refere que as “políticas culturais têm dirigido a maior parte dos seus esforços para assegurar um incremento da oferta cultural (...)” (2010:19). No entanto, Pais, citando António Albino Canelas Rubim, defende que “as políticas culturais deverão saber articular várias dimensões e diferentes agentes culturais, para além da sua necessária abertura a diferentes esferas de interlocução” (2010:24).

A investigadora Santos refere que as políticas culturais neste país têm de se empenhar, mais do que nunca, na promoção do setor cultural e artístico qualificado e dinâmico que possa, enquanto tal, responder às atuais necessidades de competitividade, sem perder de vista os imperativos de cidadania/participação cultural.

Argumenta ainda que esta intervenção corresponde a 4 grandes exigências: “exigências de qualificação para os agentes culturais e artísticos; de participação cultural para a população em geral; de internacionalização envolvendo agentes, projetos, bens e serviços culturais e, por fim, exigências de sustentabilidade para os projetos já iniciados ou que venham a realizar-se” (2007:5).

O conceito de políticas culturais parece ainda não ter alcançado uma delimitação consensual entre os teóricos. Para Canclini, as políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (2001:65). Teixeira completa esta definição, afirmando que as iniciativas desses agentes visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do património histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (1997:292).

Teixeira vai mais longe, afirmando a necessidade de assumirmos um entendimento sistémico e integracional da política cultural, de cada programa de ação cultural, acrescentando que “(...) Já passamos da fase em que a política cultural era um emaranho de opiniões soltas, não raro contraditórias. Um pouco de método não fará mal nenhum, a esta altura” (2005: 130).

E, por fim, Gomes e Lourenço referem que as políticas culturais tendem a aumentar a atenção e o interesse no desenvolvimento de estratégias que visam a criação e o alargamento de novos públicos, tal como os mais recentes textos programáticos dos partidos e governos constitucionais referem, que “o incentivo à criação e dinamização de serviços educativos nos equipamentos culturais com atividades vocacionadas para diferentes públicos” (2009:47). Acrescentam ainda que o reconhecimento da necessidade de intervir no sentido de democratizar a cultura e as artes está claramente expresso nos programas dos governos constitucionais e dos partidos políticos. No entanto, Centeno (2009) vai mais longe ao referir que a partir de 1995 (ano da institucionalização do Ministério da Cultura) a política cultural pública tem sido marcada por uma vinculação a uma atitude cultural tradicional (2009:2983).

Segundo os investigadores as questões culturais têm tido, na última década, relativo destaque político no contexto das autarquias, no sentido de planificar e integrar melhores práticas e políticas favoráveis, visando promover, quer a descentralização, quer a democratização através de uma planificação estratégica de desenvolvimento cultural.

2.4. Qual a intervenção e o papel das Autarquias locais nas decisões das políticas culturais locais?

“Nas autarquias, (...) a cultura continua a ser encarada de forma semelhante à do Poder Central, isto é, com um preocupante grau de subalternização e com uma tendência criticável para se privilegiar predominantemente as ações de animação que visam sobretudo a obtenção de dividendos eleitorais imediatistas” (Letria, 2000: 39).

Segundo o autor, a intervenção cultural das autarquias são hoje o mais relevante fator de crescimento e de descentralização cultural. Por outro lado, Lopes partilha da opinião que “estamos longe de poder falar de um modelo avançado de descentralização” (2003:49). No entanto, Azevedo argumenta que a cultura tem tido um enfoque político significativo a nível autárquico, alertando no entanto que “os projetos e as atividades têm não só configurado modos locais de relação com a cultura, como garantido ao poder local uma particular visibilidade política e social” (2003:201). Por outro lado, Ribeiro refere que já na primeira metade dos anos 80 “observa-se o aparecimento de programas e projetos culturais que começam timidamente a ser suportados por políticas governamentais ou municipais” (2009:60).

Segundos os autores, a intervenção cultural das autarquias só será eficaz se existir uma gestão de oferta, se for regular, bem planificada, se tiver em conta a diversidade de gostos e de opções estéticas que existe no seio das populações, a composição dos públicos, se procurar de forma consistente parcerias entre agentes culturais que viabilize produções de grande dimensão e se encontrar o ponto certo de equilíbrio entre o que é animação e investimentos duráveis, designadamente a exigência, sistematicidade e coerência na criação e dinamização de equipamentos com valências culturais e educativas, exigindo a avaliação de atividades e de resultados, que potencie novos públicos e novas dinâmicas, através de projetos alternativos.

Considerando esta perspetiva, os poderes locais/autarquias podem oferecer um alargamento de ação e recursos, de acordo com as mudanças nas práticas culturais e o perfil da procura local de eventos de cultura e lazer, que segundo Silva “abriram concomitantemente novas oportunidades, novos públicos à intervenção autárquica” (2007:12). O autor cita os investigadores Juan Mozzicafreddo (1991) e Fernando Ruivo (2000), referindo três características do poder local que tem manifesta influência na conceção e estruturação da ação cultural municipal. São elas o,

“(...) consensualismo, (...) tende a despolitizar a ação camarária, (...) como uma espécie de emanção necessária da vontade comunitária; o presidencialismo, que confere um poder reforçado ao presidente da câmara na construção e gestão das redes sociais e na definição de finalidades e procedimentos; e a formulação de prioridades em patamares, constituindo a infraestruturação do território o primeiro e principal, vindo depois a economia, o apoio social, a educação básica e só depois a cultura e o lazer” (Silva, 2007:13).

Segundo o autor, parece mais provável ser esse um discurso generalista, surgindo o investimento na cultura como uma consequência lógica da abrangência de uma ação local comprometida com as “necessidades das populações”, do que um discurso cultural propriamente dito, elaborado e justificado em torno especificamente da matéria cultural, parecendo apresentar-se como um instrumento simbólico do poder político, tal como refere Silva (2007).

Ainda segundo Silva (2007) estes discursos não são voltados para as necessidades das populações relacionados com questões culturais, de participação, nem uma estratégia de política cultural. O autor sublinha que “ (...) para a conformação e evolução do discurso e da prática das vereações, tem sido [importante] a influência dos programas políticos em curso no estado, designadamente os conduzidos pelos sucessivos governos” (2007: 14). Ou seja, de uma perspectiva analítica, e à escala geral, as câmaras municipais tem sido mais recetoras do que produtoras de política cultural. As políticas culturais autárquicas deveriam assim assentar em alguns princípios e/ou pilares tais como: a descentralização, incentivo à participação, apoio ao tecido associativo e artístico, formação de públicos, apostando em atividades diversificadas permitindo a projeção e os valores locais, identidade coletiva, assim como o envolvendo em constantes dinâmicas culturais sustentadas e estímulo à criatividade.

Centeno refere que “As políticas culturais autárquicas não se diferenciam por fatores locais de natureza político-partidária, tendem então a acompanhar, qualquer que seja a força política liderante, a evolução das políticas culturais nacionais” (2009: 2985). Por outro lado refere que “não podemos deixar de atender ao lugar de destaque que as políticas culturais têm vindo a alcançar no conjunto das políticas municipais, bem como no lugar dos serviços culturais no conjunto da administração autárquica” (Ibidem: 2986). Afirma ainda que os próprios responsáveis políticos e técnicos municipais pelo pelouro da cultura têm vindo a diferenciar-se “segundo género, a

geração, a qualificação académica (...) o que também contribui para a forma como os respetivos cargos têm vindo a ser exercidos” (Ibidem: 2986). Acrescenta ainda que “a automatização do pelouro da cultura é uma novidade com particular expressão nas décadas de 1990 e 2000 que denota “uma nova identidade e centralidade da política e da administração cultural, mas vale também como formação de uma tecnoestrutura local envolvida nas dinâmicas culturais, composta por técnicos e quadros superiores” (Silva, 2007:16), citado por Centeno (Ibidem: 2986).

Para Silva “o acesso das populações aos bens culturais vem sendo uma preocupação largamente dominante, em câmaras municipais de diferente coloração política (...) – não do lado de “fazer cultura”, mas sim do lado do “aceder à cultura” (2007:25). Esta preocupação permite uma valorização e uma estreita relação com agentes, associações, sejam elas amadoras ou não, mas que desenvolvem atividades de desporto e recreio, defesa do património, iniciação musical, teatro amador ou experimentação artística (Silva, 2007). Essas associações protagonizam a modernidade e podem colocar os concelhos na vanguarda dos grandes debates estéticos, filosóficos e artísticos.

Silva (2007) cita Fortuna, Peixoto (2002) e Costa (1999), referindo que uma parte considerável da atividade cultural municipal tem por objetivo lidar com tradições identitárias e festivas, uma operação tanto mais complexa quanto estas identidades são sempre dinâmicas, abertas e polissémicas.

Nas conclusões do estudo sobre a Cartografia Cultural do Concelho de Cascais, Silva refere que a equipa coordenada por Santos (citado por Silva, 2007:27) identifica sete dilemas da política cultural autárquica:

“1) entre as necessidades do litoral e do interior do concelho; 2) entre densificar o tecido cultural, mediante alguma concentração especial, e descentralizar equipamentos e iniciativas pelo território; 3) entre apoiar mais as atividades amadoras, ou apoiar as estruturas profissionais; 4) entre privilegiar o investimento em infra-estruturas ou em eventos; 5) entre assegurar a autarquia funções de produção, ou de optar pelo apoio à produção de terceiros; 6) entre gestão direta a entidades privadas, lucrativas ou não; 7) e entre focar o setor cultural em si mesmo, como setor autónomo, ou promover a sua articulação com outros, designadamente o turismo” (Santos, 2005, pp. 328-331).

Silva refere que a estes pontos acrescentaria mais cinco questões: 1) de diversidade; 2) de atualidade; 3) de dimensão; 4) de continuidade; 5) de impacto (2007: 27).

Ao longo da revisão da literatura efetuada, a investigadora pôde apurar que os municípios têm um papel crucial de mediação cultural, tendo presente uma visão política empreendedora que promova a vitalidade e a coesão social, uma vez que o espaço público é fortemente condicionado pelo poder político, ou seja, adotar uma postura de intervenção social e cultural ativa, assumindo uma dinâmica interventiva, criando sinergias, dirigindo energias e difundindo práticas culturais enriquecedoras de inovação, de cidadania e de participação.

Os municípios deverão ser entidades dinâmicas apresentando projetos de diferentes tipologias, podendo assim satisfazer públicos diferenciados, envolvendo os cidadãos e agentes culturais locais desenvolvendo sinergias, divulgação e promoção cultural que permitisse uma adequada captação de públicos e sua sensibilização.

Neves e Lima (2006) referem que no seminário dos encontros alcutur, foi falada a importância das câmaras municipais para a configuração das políticas culturais urbanas, desde as estratégias de geminação entre cidades, às redes de colaboração e ainda às dinâmicas de interação local/global, tendo em conta o seu impacto na transformação de trajetórias de desenvolvimento de territórios (2006:50).

Rebello ilustra no prefácio de Letria (2000), a importância do papel das autarquias no Portugal de pós-Abril na afirmação da cidadania democrática, resultante de um desenvolvimento cultural. Acrescenta ainda que “o poder local, pela sua proximidade com as populações, pelo relacionamento direto e indireto que com elas estabelece, constitui-se num fator decisivo neste processo de revalorização” (2000:10). Ribeiro reconhece que, no plano global, as últimas décadas do século XX foram muito marcadas pelo aumento exponencial da informação e da sua velocidade de circulação, tendo vindo impor “a reformulação do que deve ser a programação cultural, de tal forma que podemos afirmar que o imperativo para Portugal nos primeiros anos do século XXI é “procurar a escala justa” (2009:62).

Assim sendo, as autarquias locais devem trabalhar conjuntamente com agentes culturais/sociais trocando práticas, experiências e coordenando ações, nos processos de decisões e na avaliação de programas e projetos culturais e artísticos, no sentido da valorização da criatividade e da inovação, como instrumentos de regeneração das cidades criativas.

2.5. Algumas considerações relacionadas com o perfil e tipologia de cidade criativa

Será necessário o debruçar sobre algumas considerações relacionadas com o conceito e perfil de cidades criativas, atendendo à “transformação, a que temos vindo a assistir, das principais cidades portuguesas, em que o motor económico é a cultura (...)”. Segundo Centeno o conceito “cidade criativa” foi introduzido por Franco Bianchini em conjunto com Charles Londry em 1995 (2009: 2981). A autora afirma ainda que o que faz que consigam responder às exigências de flexibilidade da nova economia e se aproximem do conceito de “cidade criativa” é o facto de ser nas cidades que se concentram trabalhadores qualificados, infraestruturas (equipamentos/espços culturais), estabelecimentos de ensino superior, assim como meios de transporte e realização de grandes eventos culturais.

Centeno (2009: 2982) cita Balibrea referindo que o espaço público é “um lugar de dever cívico, fermento político ou educação social” (2003:36). Ou seja, os espaços culturais devem ser, segundo Centeno, vividos e incorporados na experiência da população local como espaços sociais.

Faria (2008) vai mais longe ao mencionar que as cidades criativas como pólos de desenvolvimento não podem ser ignorados. Uma cidade criativa potencia a criatividade dos seus residentes e será capaz de maximizar as especificidades do seu território de forma a torná-lo competitivo, passando este processo pelo reforço da cidadania e da participação, tal como nos refere o relatório da Fundação de Serralves (2008). Acrescenta ainda que um “um perfil urbano excecional é a cidade criativa que dá origem a uma vitalidade (...) envolvendo-se num diálogo aberto e crítico no coração das próprias comunidades” (Ibidem:22).

Assim é importante pensar na cidade mas também nos espaços públicos culturais como lugares onde se verifica uma maior diversidade cultural, uma ocupação e intervenção urbana articulando infraestruturas urbanas, meio ambiente, cultura e qualidade de vida das comunidades onde todas as artes possam contribuir para desafios do passado, do presente e do futuro.

Ainda segundo Faria (2008) é importante relembrar que o forte movimento de requalificação urbana, leva as cidades mais dinâmicas a evoluírem para políticas de regeneração urbana mais complexas, mais profundas e mais eficientes, acrescentando que funcionam como um importantíssimo motor de integração

populacional, permitindo assim um considerável impacto e interação que está na origem de “uma nova geração de cidades”. Assim sendo, para o autor, quaisquer que sejam os eventos culturais — a música, o teatro e outros espaços artísticos culturais —, eles propõem-se hoje como propulsores da qualidade de vida e como impulsionadores do progresso através da dimensão cultural da cidade” (2008:21). Faria (2008) acrescenta que as cidades criativas, genericamente, apresentam cinco das seguintes características, a saber: um perfil urbano excepcional; comunidades informadas e amigas do ambiente; comunidades unidas e empreendedoras; comunidades preocupadas com os seus próprios membros e, por fim, uma economia saudável.

Já Lopes refere que “num contexto de fortíssima competição entre cidades, o investimento na imagem de cidade ganha contornos decisivos enquanto vantagem comparativa” (2000:81). Para o autor, as cidades devem ser dinâmicas, interventivas e inovadoras, permitindo encontrar oportunidades, atrair públicos e recursos exógenos, envolvendo ativamente os cidadãos em projetos coletivos e identitários.

Considera-se importante relembrar que a agenda 21 da cultura (A21C) foi aprovada por cidades e governos locais unidos como um documento de referência para os seus programas sobre a cultura. Cidades e Governos Locais Unidas (CGLU) foi fundada em maio de 2004 para atuar como voz unida e democrática do mundo defensor da autonomia local.

De acordo com a aprovação da A21C (Barcelona, 2004) como documento orientador das políticas públicas de cultura e como contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade, refere-se no seu sétimo princípio que as cidades e os espaços culturais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspetiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto torna possível o desenvolvimento humano integral. No oitavo princípio, acrescenta-se que a convivência, nas cidades, implica um acordo de responsabilidade conjunta entre cidadania, sociedade civil e governos locais.

Assim sendo, tal como refere Faria (2008), são, pois, as cidades que têm que se afirmar como pólos de desenvolvimento, não os países. Silva (2007) realça que é importante a dinâmica de crescimento da intervenção municipal no setor da cultura e do seu papel na conformação da oferta e procura cultural. Argumenta também que as Autarquias respondem, em geral, positivamente aos programas nacionais para a descentralização e difusão das artes do espetáculo. Esse princípio de

descentralização, mencionado por Silva (2007), tem estado presente nas discussões públicas como uma prioridade.

Neste sentido, é pertinente e urgente um desenvolvimento cultural sustentável, acompanhado de políticas culturais locais vindouras e estratégicas onde a cultura seja considerado um pilar para o desenvolvimento das cidades, tendo presente preocupações culturais, sociais, ecológicas e económicas, o que exige planos de ação dinâmicos que permitam envolver toda a comunidade, dando prioridade a questões de cidadania, valores, integração social, intervenções múltiplas, desenvolvimento de estratégias de competição, regeneração e visibilidade das cidades, contribuindo desse modo para o reforço da melhoria da imagem e vida local, assim como da qualidade e prosperidade cultural e social dos indivíduos.

Uma cidade criativa é conhecida como a cidade cultural com oferta e procura, assente em valores e práticas culturais diversificadas. Ou seja, é necessário um investimento artístico e cultural para ter efeitos positivos diretos e duradouros sobre a renovação urbana e a imagem da cidade. O apoio a iniciativas criativas e artísticas valorizam o território urbano, regional, e atrai investimento qualificado, permitindo o crescimento e a oferta cultural e a sua dinamização e projeção cultural (Faria, 2008).

Por outro lado Santos fala-nos que o planeamento regional e urbano transmite muito do que se pensa sobre o território, sobre a integração dos grupos e fenómenos nas cidades, assim como do seu papel na capacidade e na estratégia de desenvolvimento das mesmas. Acrescenta ainda que a importância da vertente cultural na estratégia de desenvolvimento urbano traduz-se essencialmente em duas vertentes práticas, a saber: a primeira vertente refere-se o desempenho de revitalização da imagem da cidade, e a segunda está relacionada com as possibilidades de emprego no setor cultural, constantemente associado ao setor turístico (2008:132-133).

Assim, na perspetiva da autora, o papel do espaço público na reabilitação urbana tem de ser visto a partir do protagonismo ao nível das políticas e respetivas prioridades, afirmando ainda que a intervenção no espaço público revela uma perspetiva ideológica de política de cidade: "(...) trata-se de olhar o espaço público como um lugar que representa a cidade e conseqüentemente a visão política da respetiva entidade gestora" (2008: 135).

Constata-se que a acrescer à sua natureza financeira, um mercado criativo e cultural desenvolvido estimula uma cidade criativa e a economia. As cidades criativas e culturais tornam-se por si economicamente autossuficientes e culturalmente

diversificadas, determinando um crescimento da economia ao nível do emprego e do produto interno. A economia criativa consiste em todos os atos criativos em que o trabalho intelectual cria valor económico. Na vanguarda desta nova era da criatividade estão as indústrias criativas, fomentando o potencial económico a nível interno e a sua consciencialização a nível internacional, constituindo um setor que apresenta o crescimento mais rápido, gerando um volume de negócios contribuindo para o desenvolvimento da economia, considerando ainda que o nível de qualificação, em média, é mais elevado no setor da cultura do que na maioria dos outros setores da economia (KEA, 2006).

A totalidade dos investigadores que suportam a revisão bibliográfica deste estudo referem que as cidades necessitam de possuir uma enorme capacidade de atrair e fixar talento, reforçando iniciativas locais, assentando uma forte identidade local na presença de espaços diversificados, criativos e participativos, proporcionando a difusão do património cultural e renovação urbana, tendo os municípios que saber aproveitar e gerir a criatividade, como fator de identidade, de envolvimento e de participação das comunidades locais.

A dinamização cultural propicia à população um contacto com expressões culturais, artísticas, contribuindo para um enriquecimento cultural, de sociabilidade e de revitalização das comunidades rurais e urbanas. Para que estas práticas se desenvolvam com eficiência, será necessário que os agentes culturais as compreendam de forma a satisfazer as necessidades de consumo, de produção, de criação de acordo com práticas, valores e ambientes culturais, adequadas às realidades onde tais práticas se processam, motivo pelo qual consideramos pertinente abordar no tópico seguinte a importância das dinâmicas e a programação cultural elaborada pelos agentes/associações culturais.

2.6. A importância das dinâmicas dos agentes e associações culturais

Martelo, em relação à descentralização e participação, refere “a descentralização da oferta cultural como um processo de criação e afirmação de novas centralidades e de estruturação e reabilitação do território”. Acrescenta ainda a necessidade de “dinamizar e apoiar o associativismo como instrumento privilegiado para promover o envolvimento e participação dos cidadãos, assim como programas de apoio integrado ao associativismo” (2005: 47). O autor refere ainda a “importância dos projetos e

agentes culturais cuja intervenção se situa no âmbito da preservação, valorização da cultura popular e tradicional, como forma de favorecer e estimular a participação ativa das populações” (Ibidem:47). Para o autor, os municípios com papel determinante na liderança dos processos de desenvolvimento local e na cooperação inter local “devem” apoiar e incentivar agentes culturais locais para que se tornem os atores fundamentais de cooperação (Martelo, 2005).

Esta intervenção é no sentido de dinamizar o associativismo como um instrumento para promover o envolvimento e participação dos cidadãos, com programas de apoio integrados, trocas de experiências, conhecimentos entre os agentes e produtores culturais privilegiando projetos, atividades e eventos culturais, resultando em programações coerentes dirigidas aos públicos destinatários.

Envolver as associações culturais, através de iniciativas criativas e empreendedoras, com o intuito, entre outros, da participação dos cidadãos na vida pública bem como na preservação da herança cultural e patrimonial e conseqüente criação de centros de desenvolvimento cívico, intelectual e artístico.

Assim, torna-se pertinente fazer algumas referências em relação à definição do conceito de Associativismo para melhor compreensão do mesmo. Segundo o Guia para o Associativismo, “o Associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constitui um importante meio de exercer cidadania” (2001: 5). Pinho (2007) cita José de Almeida Cesário, no seu resumo sobre o Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias que,

“o associativismo é expressão e exercício de liberdade e exemplo de vida democrática. É uma escola de vida coletiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência de humanismo e cidadania. Concilia valor coletivo e individual. Pelo que, defender, reforçar, apoiar e promover o desenvolvimento do movimento associativo é defender e reforçar a democracia e a participação dos cidadãos na vida social.”

Por todos estes fatores, que abarcam algumas das competências de quem gere os fenómenos culturais locais, será missão dos municípios assumirem papéis ativos e dinamizadores das coletividades locais e promoverem a cooperação assente em

bases de diálogo e concertação entre os diversos agentes envolvidos, dando ênfase a conservar o associativismo como um espaço de cooperação, de coesão social, de afirmação da cidadania, de participação cultural e cívica.

Considera-se pertinente referir Martins, no que respeita ao associativismo em Portugal, afirmando que “a sua génese se verificou no século XIX sob forte e fundamental influência de duas alterações substanciais: a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, ainda no séc. XVII e a Revolução Francesa (1789-1793), com a consigna «Liberdade, Igualdade, Fraternidade»” (2011:1). Acrescenta ainda que estas ideias revolucionárias, que afetaram o mundo inteiro, conduziram Portugal à Revolução Liberal em 1820, isto para dizer que dado às circunstâncias e necessidades ocorridas, levou as populações a associarem-se de forma a minimizar os efeitos adversos que ocorriam neste início de século (XIX), para dar respostas às “dificuldades, alicerçando-se em valores que têm a ver com: solidariedade /fraternidade; independência/autonomia; democracia/cidadania e trabalho voluntário”.

“A evolução do Movimento Associativo Popular está intrinsecamente ligada à evolução sócio-política da própria sociedade portuguesa, pelo que as ruturas políticas influenciam sobremaneira a vida das coletividades, clubes e outras associações. Assim, podemos referir os seguintes períodos: Monarquia Constitucional, 1.ª República, Revolta de 28 de Maio de 1926 / Estado Novo e 25 de Abril de 1974” (Martins, 2011: 2).

Fazendo ainda referência aos períodos mencionados, considera-se pertinente destacar o da revolução de 25 de abril de 1974, que pela significativa importância que tem na nossa história também foi bastante significativa no movimento associativista. O autor acrescenta ainda que cerca de metade das associações que hoje existem decorrem deste período histórico. Já Viegas refere que as associações culturais ou «coletividades», como vulgarmente são conhecidas, “remontam à década de 40 do século passado, isto é, alguns anos depois da Associação dos Artistas Lisbonenses, instalada em 1839 e tida como a primeira associação corporativa” (1986:104).

Para Kellerhals (1974) as associações voluntárias, sem fins lucrativos, possuem uma divisão interna do trabalho, e regem-se por processos de decisão estipulados e codificados nos seus estatutos. Para Cohen e Rogers no estabelecimento de uma associação devem ser levados em conta critérios normativos (1992: 428). Já Hirst

sugere, uma espécie de autogoverno, em que as associações são “o meio principal quer da governação democrática quer da organização da vida social” (1994: 25).

Reconhecesse através das leituras efetuadas relacionadas com esta temática que as associações têm uma carácter coletivo, solidário e com capacidade sustentada de intervenção social, política, cultural, económica e de coesão do tecido comunitário, contribuindo para a consolidação e dinamização do tecido social e o exercício da democracia, de acordo com os objetivos, as orientações, as estratégias, os valores, as ações e funções que cada associação possa desempenhar independentemente das suas formas jurídicas e do seu modelo organizativo.

No entanto, é pertinente salientar que as associações sem fins lucrativos são designadas por terceiro setor, tendo em conta que realizam ações que de alguma forma caminham no sentido da sua sustentabilidade, quer sejam apoiadas por parceiros públicos ou privados. No entanto, em relação ao desenvolvimento local sustentável. Ferreira refere “que o desenvolvimento local sustentável pressupõe capacidades comunicacionais e afetivas entre as diferentes partes que o integram e entre estas e o terceiro setor”, acrescentando ainda que “o equilíbrio ecossistémico só é possível de atingir, desde que exista uma interação e comunicação efetiva entre a diversidade dos indivíduos e grupos que integram as famílias, organizações e instituições que se identificam com o desenvolvimento local sustentável” (2009:20).

Neste sentido, a sustentabilidade do tecido associativo, em especial o cultural, tema referenciado neste estudo, está a sofrer mudanças significativas no sentido de trilhar caminhos para a sua autossustentabilidade. No entanto, é sabido que as políticas culturais autárquicas subsidiam e apoiam as associações culturais que apresentem projetos pertinentes e revelantes, por motivos políticos, sociais, culturais, económicos, entre outros que lhes permita visibilidade e notoriedade.

Considerando que as associações podem registar níveis de participação positiva e interessar-se por assuntos de interesse público, será necessário sensibilizar e mobilizar as associações para uma prática associativa, bem como garantir a continuidade de diversas ações já iniciadas, melhorando a qualidade das respetivas práticas associativas e incentivando a sua diversidade e a sua criatividade como base de sucesso. O associativismo deve ter um papel definidor de políticas culturais locais e de protagonismo da ação cultural, usando a criatividade como ferramenta geradora de bens simbólicos transacionáveis, com novos conteúdos, produtos e serviços, que lhe permita obter alguma sustentabilidade e uma maior autonomia e independência em relação às autarquias. Para isso, devem apresentar programas de atividades bem

definidos, no que respeita à conceção e descrição das ações a desenvolver no espaço cultural, aos recursos humanos necessários e à calendarização da realização, assim como à identificação de todas as parcerias físicas e financeiras.

Por outro lado, também é necessário definir linhas orientadoras e programáticas, devidamente transparentes, na atribuição de apoios por parte das autarquias às associações culturais dos concelhos, tendo presente que os apoios não são exclusivamente monetários mas também podem ser de carácter logístico. Para tal considera-se pertinente referir o regulamento do programa de apoio ao associativismo do Município de Viana do Castelo.

Logo na sua introdução refere a importância que o movimento associativo tem no desenvolvimento harmonioso do concelho, enfatizando-o pela diversidade das atividades que desenvolve, assim como pela dimensão e pelos projetos que tem sabido concretizar, contribuindo “objetivamente para a preservação da herança cultural e patrimonial do concelho e para a criação de centros de desenvolvimento cívico, intelectual e artístico”. Acrescentando que aos municípios cabe apoiar, de forma transparente e criteriosa, o desenvolvimento de projetos associativos, no desenvolvimento da atividade regular e na democratização do acesso às atividades por si desenvolvidas e a necessidade de tornar clara na apresentação deste programa as regras de transparência na atribuição dos apoios, bem como o incentivo dado às associações na definição dos seus objetivos e na avaliação da eficiência e eficácia dos seus projetos e programas. Relembra ainda que as associações assumem-se

“como agentes e atores de um diversificado e contínuo programa de animação sócio recreativa e cultural, estas associações são também o garante de uma progressiva e sustentada democratização da cultura, promovendo junto das populações o gosto pela atividade cultural e de lazer bem como o sentimento de pertença a um território de matriz cultural única e identitária. Empenhada na democratização e qualidade da atividade cultural dos vianenses e consciente de que a concretização deste objetivo se faz com base em parcerias com o movimento associativo e de que estas têm de assentar em procedimentos transparentes e claramente definidos, a Câmara Municipal, tendo em conta a experiência acumulada, as preocupações organizativas e o enquadramento legal decide institucionalizar e definir os diversos tipos de apoio a colocar à disposição do movimento associativo cultural e recreativo bem como as condições de registo e candidatura” (Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo, 2004:3).

Estas preocupações organizativas presentes nos procedimentos definidos pela Câmara Municipal são necessários, no entanto considera-se pertinente citar Miranda que nos diz que “A cultura não se confunde com a política, mas, devido à sua relevância coletiva, os poderes públicos não lhe são, nunca lhe foram indiferentes (...). Refere ainda que a posição do estado relativamente aos fenómenos culturais “-variáveis consoantes as épocas, as áreas e os regimes políticos-“ sintetizam-se, por graus crescentes, a saber: relativa indiferença, mera regulação externa, reconhecimento, garantia, apoio, favorecimento, promoção, tutela, direção e absorção. Miranda vai mais longe ao referir que “cabe considerar as relações dos regimes políticos com a cultura, que tipo de políticas culturais conduzem os diversos regimes políticos em razão da sua índole própria” assumindo ainda que a liberdade é o critério básico de destrição (2006: 4-5).

Desta forma é pertinente referir que a partir do regulamento a câmara perante as associações parece apresentar uma atitude política em relação à preservação da herança cultural e patrimonial e na democratização do acesso das populações à cultura através do apoio e incentivo de projetos associativos, bem como na definição dos seus objetivos e na avaliação da eficiência e eficácia dos mesmos.

2.7. Públicos da cultura

No que concerne à definição de públicos da cultura, consideramos pertinente referir Lopes (2004), que nos diz que os públicos da cultura podem ser: habituais, irregulares ou retraídos. O autor refere que os públicos habituais são constituídos por uma percentagem muita reduzida na população portuguesa, considerando-a altamente escolarizada e qualificada, “fruto de um capital cultural consolidado”, referindo Bourdieu (1979) que os apelidou de “novos intermediários culturais”. Já os públicos irregulares, classifica-os pelo cariz moderno, alto capital escolar, mas que estão expostos a fenómenos de regressão cultural, tais como o familiar e o profissional, acrescentando que para este público “a sua relação com a cultura traduz-se por uma receção frequentemente *oblíqua* ou *distraída*, estética, mas não artística” (2004:46). Por último, refere que os retraídos “movem-se quase exclusivamente na esfera das práticas doméstico-recetivas e de sociabilidade local”, classificando-o com baixo nível escolar e de qualificação, assim como transversal às várias faixas etárias (2004:47).

Numa perspetiva similar Gomes considera pertinente destacar duas vertentes de análise na segmentação dos públicos: por um lado, a elaboração de tipologias de públicos praticantes culturais “em termos da regularidade de consumo cultural” e, por outro lado, a identificação de diferentes combinatórias de práticas culturais “tendo em conta diferentes modos de relação com a cultura” (2004:34).

À semelhança de Lopes (2004), Gomes (2004) refere a homogeneidade e diferenciação dos públicos, não numa abordagem exaustiva dessa tipologia e do segmento de públicos, mas a título ilustrativo, tais como: os públicos cultivados; no pólo oposto, os públicos retraídos; e, por fim, os públicos displicentes, “por apresentarem um perfil bem menos linear” (2004:37).

Tal como nos refere o autor, a tipificação dos públicos está fortemente associada quer ao contexto de realização do evento, quer em função da sua fidelização, assim como da regularidade de uma determinada prática e sua significação (Gomes, 2004).

O estudo de Costa refere que a sociologia em Portugal tem vindo a desenvolver estudos e investigações pertinentes sobre públicos da cultura. Acrescenta ainda que os públicos da cultura resultam “neste sentido como objeto desejável de políticas, assim como de ações de variados tipos: pedagógicos, informativos, promocionais, entre outras” (2004:127). O autor vai mais longe ao afirmar que é visível a pertinência da formação de públicos quer do ponto de vista das indústrias culturais e dos profissionais da cultura, quer do ponto de vista de cidadania, recordando que “isto ocorre relativamente a esferas institucionais nucleares da sociedade atual” (Ibidem:132).

Consideramos pertinente referir que existe hoje uma grande diversidade de possibilidades e ofertas culturais, e que os públicos podem ser potenciais espetadores, fruidores e consumidores inculcando o incentivo de práticas de expressão artística e cultural visando o alargamento dos públicos através de estratégias que possam potenciar na criação de públicos.

Por outro lado, Lourenço refere que, nos seus estudos verificou de forma exploratória que são notórias as “relações existentes entre praticantes expressivos [que desenvolvem alguma atividade de natureza expressiva] e os consumidores regulares de bens culturais [sobretudo os consumos que implicam saídas culturais, entendidos como práticas mais raras]” (2004:165). Acrescenta ainda que é pertinente refletir e agilizar estratégias que permitam a formação de públicos através de atividades de natureza expressiva.

Segundo a autora, as práticas de natureza expressiva, são variadíssimas desde tocar um instrumento musical, pintar, desenhar, praticar ballet/dança, entre outras tais como fazer teatro. Refere ainda que, nos seus estudos, entre os consumidores regulares de teatro “perto de metade (46%) tem afinidade com esta área artística através da prática expressiva de teatro” (2004:166). Considera ainda que existe aproximação entre a prática de teatro e a participação associativa, resultando disso uma forte mobilização cultural.

Tendo tudo isto em consideração, é pertinente que as escolas, produtores culturais, agentes e associações culturais locais que visam a prática de teatro, música, entre outras práticas, criem dinâmicas e propiciem, por um lado, a angariação de públicos para as propostas oferecidas e, por outro, uma maior familiaridade com as artes e expressões artísticas e culturais, mobilizando públicos. Pombo refere a necessidade de “alargar públicos da cultura através do estímulo das capacidades artísticas dos jovens e de criar oportunidades de expressão dessas capacidades” (2001:6).

A formação de públicos pode ser estrategicamente desenvolvida, identificando modos de articulação entre políticas culturais locais, assim como uma programação cultural delineada em parceria, com ações que garantissem a regularidade da oferta por parte das autarquias, assumindo desta forma uma programação cultural participativa, dinâmica, intensa, podendo despertar sensibilidades em populações pouco familiarizadas com a cultura.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3.0. Introdução - Considerações metodológicas

Sampieri, Collado e Lúci (2006) referem que a investigação tem como objetivo a construção de conhecimento e teorias e a descoberta de soluções de problemas práticos.

A investigação é a atividade de resolução de problemas na procura de novo conhecimento pela utilização de metodologias que são normalmente aceites como adequadas pelos académicos da área em questão. Para Bell (1993), a investigação leva à construção do conhecimento, ou seja, investigar envolve conhecimento, aprendizagem, crítica e/ou autocrítica por parte do investigador. A investigação tem como finalidade a resolução de problemas na procura de novo conhecimento pela utilização de metodologias.

Por outro lado, Kerlinger (1980) define investigação como um método sistemático, controlado, empírico e crítico que serve para confirmar hipóteses sobre as relações presumidas entre fenómenos naturais. Tuckman (2005) refere que a investigação é uma tentativa sistemática de atribuição de respostas às questões. Já, Burns e Grove (1993) definem-na como um processo sistemático, efetuado com o objetivo de validar conhecimentos já estabelecidos e de produzir novos que vão, de forma direta ou indireta, influenciar a prática.

Reconhecido o objeto de estudo e sua problemática, foi necessário, para além de uma revisão atenta a nível teórico, selecionar um método pertinente que permitisse orientar e estruturar a pesquisa, tendo presente que as técnicas selecionadas possibilitassem a recolha de dados adequados ao estudo.

Definidos os objetivos do estudo, tornou-se necessário aferir qual a metodologia de investigação a utilizar, uma vez que é a metodologia que ajuda a compreender, não apenas os resultados de investigação mas também o processo em si mesmo, assim como os instrumentos e técnicas de recolha de dados.

3.1. Escolha e caracterização do método - a opção por uma abordagem qualitativa

“Os investigadores que adotam uma perspetiva qualitativa estão mais interessados em compreender as perceções individuais do mundo. Procuram compreensão, em vez de análise estatística. Duvidam da existência de factos sociais e põem em questão a abordagem científica quando se trata de estudar seres humanos” (Bell, 2008:20).

Tal como nos refere Bell (2008), os investigadores que adotam a metodologia qualitativa, o estudo de caso, é pelo facto desta permitir recorrer a múltiplas técnicas de recolha de informação. Motivo pelo qual esta investigação optou por uma abordagem qualitativa, interpretativa e descritiva, permitindo ao investigador qualitativo procurar, recolher, descrever, registar, compreender e interpretar significados.

Bogdan e Bilkem citados por Freixo (2009) apresentam como principais características do estudo qualitativo: i) a situação natural constitui a fonte dos dados, sendo o investigador instrumento-chave de recolha de dados; ii) a sua primeira preocupação é descrever e só secundariamente analisar os dados; iii) os dados são analisados indutivamente, como se reunissem, em conjunto, todas as partes de um puzzle; iv) a questão fundamental é todo o processo, ou seja, o que aconteceu, bem como o produto e o resultado final. Sintetizando, este método é adequado aos investigadores isolados, permitindo empregar vários métodos de recolha de informação e, obter ligações entre variáveis e hipóteses.

Por outro lado, Freixo (2009) refere que este método em oposição ao quantitativo apresenta os seguintes fatores: i) nesta investigação vão ser abordadas múltiplas realidades e não uma só; ii) a análise dos dados recolhidos irá ser interpretativa e não mensurável; iii) o relatório irá ser narrativo e não uma análise de estatísticas; iv) o investigador fará parte do processo e não ausente como no método quantitativo.

Para Bell (2008), o estudo de caso apresenta as seguintes desvantagens: i) os resultados não podem ser generalizados às outras populações; ii) os dados podem ser incompletos ou dificilmente comparáveis; iii) requer muito tempo na recolha/análise dos dados; iv) o investigador pode afetar a situação que está sob observação.

Ou seja, a investigadora, ciente das desvantagens indicadas por estes autores, adotou uma conduta, tanto quanto possível, não interventiva que minimize qualquer enviesamento dos dados.

O método de estudo de caso compreende um conjunto de abordagens as quais, mediante os investigadores, tomam diferentes denominações, podendo também ser denominada de interpretativa, visando procedimentos metodológicos diversos.

Este método específico tem como particularidade o facto de o investigador estar preocupado com uma compreensão total do fenómeno que está a investigar. Para isso observa, descreve, interpreta e considera o meio e o fenómeno tal como se apresentam, nunca procurando interferir no processo, isto é, nunca o controlando (Bell, 2008). Já Fortin (1999) refere que numa abordagem qualitativa o investigador não se coloca como perito face à situação que pretende estudar, definindo sim uma relação sujeito-objeto que é marcada pela subjetividade.

A metodologia utilizada neste projeto de investigação foi o estudo de caso, permitindo a obtenção de dados mediante contacto direto e interativo do investigador com o seu objeto de estudo. Consideramos que o tema da investigação precisou de ser explorado de acordo com a sua particularidade, pretendendo acima de tudo descrever ou interpretar e não avaliar. A exploração desta investigação contou com um grupo de intervenientes com experiências no campo da gestão cultural, permitindo partilhar experiências pertinentes deste fenómeno.

O investigador qualitativo deste projeto teve desde o início a preocupação de ter presente uma interpretação coerente e atenta de toda a recolha de informação, motivo pelo qual foi revisto e discutido se as perguntas efetuadas seriam ou não pertinentes para o objeto de estudo, tendo algumas sido substituídas ou consideradas desajustadas.

Foi necessário efetuar um projeto antecipado de toda a investigação concetual, de forma a verificar se o objeto de estudo era viável de acordo com os objetivos de estudo, as ferramentas e fases de recolha de dados.

Optou-se por diferentes técnicas de recolha de informação, tendo presente que as mesmas poderiam possibilitar a obtenção e o cruzamento de dados, e de verificar a validação das questões, permitindo a triangulação de dados através das respostas obtidas, quer aos agentes culturais, quer à Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Viana do Castelo, quer através dos documentos consultados.

3.2. Instrumentos de recolha de dados – objetivos, técnicas e design de investigação

Bell (2008) refere que seja qual for o procedimento de recolha de dados que se adotar, deverá sempre ser examinado criticamente e ver até que ponto será fiável e válido. Já Lessard, Goyette & Boutin, referem que para estabelecer,

“uma articulação entre o “mundo empírico” e o “mundo teórico”, o investigador, quer seja em investigação qualitativa ou não, deve portanto selecionar um modo de pesquisa, uma ou mais técnicas de recolha de dados e um ou vários instrumentos de registo dos dados. Isto significa, para ele, “instrumentar” a sua investigação” (1990:141).

Segundo os autores, é pertinente saber selecionar os instrumentos de recolha de dados, para que estes sejam os mais adequados.

Para levar a efeito este estudo, as técnicas e instrumentos de recolha de dados, considerados pertinentes para a presente investigação foram os seguintes: a) Análise documental, b) Entrevista e, c) Focus-Group.

Tal como referem Bogdan e Biklen (1994: 87), “alguns temas e ambientes são difíceis de estudar porque os responsáveis pela respetiva autorização ou os próprios sujeitos são hostis a pessoas estranhas”, o que torna importante manter-se um clima de confiança entre investigador e inquiridos, permitindo obter-se determinadas condições, como é o caso da colaboração voluntária dos vários agentes implicados no estudo.

3.2.1 A análise documental

Tendo presente que uma parte considerável da investigação estuda as decisões políticas culturais da autarquia, quer na decisão da programação cultural, quer na relação com os agentes e associações culturais do concelho, a análise de documentos específicos, assim como as entrevistas que foram levadas a efeito, permitiram obter informações de forma a tornar clara a interpretação dos dados do presente estudo.

Os documentos servem para a investigadora entender factos e acontecimentos, como refere Fernandes, agrupados “em duas categorias (documentos diretos e documentos indiretos), atendendo a dois critérios: ao conteúdo dos documentos e à origem dos documentos, ou seja, aos intervenientes na sua elaboração e produção” (1995:167).

Para o efeito, foi efetuada uma seleção prévia dos seguintes documentos: atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e recortes de Imprensa. O acesso a estes documentos permitiu à investigadora desenvolver um estudo autónomo e ter um conhecimento diversificado do objeto de estudo.

Carmo e Ferreira (1998) referem vantagens neste método de recolha: descrições ricas, detalhadas; podem fornecer informações interessantes ao investigador; e a possibilidade de aceder a informação que não se encontra noutras fontes.

3.2.2 As entrevistas

As entrevistas possibilitam ao investigador recolher um vasto conjunto de informações que podem ser importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Kvale (1996) refere que a entrevista procura captar o conhecimento qualitativo, não visa a quantificação. Bell (2008) acrescenta que a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade. Já Sousa (2009) argumenta que a entrevista é um instrumento de investigação cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações questionando diretamente cada sujeito.

“É um instrumento de investigação cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações questionando diretamente cada sujeito. Não se trata porém de submeter o sujeito a uma série de perguntas curtas e diretas [...] mas de estabelecer com ele uma conversa amena e agradável no decurso do qual o entrevistado vai proporcionando as informações que o entrevistador espera”.

(Sousa, 2009: 247).

Segundo Sousa (2009), a entrevista é um instrumento, que permite coletar dados, através das informações estabelecidas diretamente com cada sujeito, tendo presente que estes são os informadores que nos interessa, motivo pelo qual é necessário

adotar e agilizar recursos e estratégias adequados. É pertinente que o investigador neste contexto saiba direcionar-se para o que mais lhe interessa.

A entrevista constitui, neste estudo, uma metodologia dominante de recolha de dados e é utilizada em conjunto com alguns registos obtidos através de conversas informais que tivemos e com a análise de documentos, como já foi referido.

O objetivo foi entrevistar a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Viana do Castelo, recolhendo informações sobre a implementação de decisões políticas, assim como com agentes culturais locais com conhecimento nesta temática, permitindo, desta forma, obter validação e a triangulação necessária ao presente estudo.

Para a construção do guião da entrevista à vereadora, foi analisado o guião aplicado noutro projeto [trabalho], concretamente as do Observatório das Atividades Culturais “Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espetáculo”, em especial o guião de entrevista a responsáveis políticos e técnicos autárquicos (coord. Santos, 2004: 382), optando-se por seguir a estrutura do mesmo.

Perante as opções metodológicas, a entrevista em formato semi-estruturado parece a mais adequada por permitir ao entrevistado conversar livremente sobre os assuntos sugeridos pelo entrevistador que, por seu lado, se limita à formulação de uma indicação geral do tema da entrevista (Blanchet & Gotman, 1992).

Segundo os investigadores citados, as entrevistas tem as seguintes vantagens: i) flexibilidade quanto ao tempo de duração; ii) permite colher informações íntimas ou de tipo confidencial; iii) permite a observação direta dos entrevistados (ambiente e comportamento); iv) pode ser desenvolvida e clarificada.

Carmo, Ferreira (1998: 146) e Bell (1993: 141-142), referem algumas desvantagens: i) requer especialização do investigador; b) consomem imenso tempo; c) técnica altamente subjetiva, havendo o perigo da parcialidade; d) ansiedade do entrevistado por agradar ao entrevistador; d) a análise de respostas pode levantar problemas.

Para que todo este processo decorresse como o planeado foi necessário operacionalizar previamente toda a trajetória de forma a poder realizar as entrevistas seguindo os seguintes passos, a saber:

i) Inicialmente, foi efetuado um contacto via telefone com todos os colaboradores (amostra) que consideramos pertinentes para as entrevistas, informando qual o objeto e finalidade do estudo, e perguntando da disponibilidade dos mesmos para a data apontada;

ii) Posteriormente, foi enviado, via email, a todos os colaboradores do estudo, um pedido oficial, mencionado qual o título da dissertação e objetivos da colaboração dos mesmos; um pedido de autorização para que as entrevistas fossem gravadas em áudio e vídeo, assim como o guião da entrevista, para que tivessem conhecimento dos tópicos abordados e sua preparação;

iii) Por fim, houve o cuidado de efetuar os últimos contactos, quer com os agentes (focus group) quer com a vereadora a entrevistar, de modo a confirmar data, hora e local.

Para além da entrevista individual, também realizamos entrevistas em grupo, que através de questões dinâmicas promoveram uma interação positiva, motivando os agentes a falarem acerca das suas experiências e sentimentos, pensamentos e ações (Kvale, 1996).

3.2.3 Focus Group

Segundo Kvale (1996), um focus group é um pequeno grupo de discussão orientado por um facilitador, e é utilizado para os interventores conhecerem e compreenderem mais aprofundadamente as opiniões sobre um determinado tema.

Kvale (1996) refere que o facilitador/entrevistador dispõe, habitualmente, de uma lista de 5 a 7 questões para colocar durante uma sessão que dura, mais ou menos, entre 1h30 a 2 horas. As questões do grupo assumem o formato de entrevista semi-estruturada, o que permite, por um lado, flexibilidade e, por outro, cobrir aspetos mais relevantes acerca do assunto.

Tal como nos refere o autor, o focus group é utilizado quando a principal preocupação é a profundidade das opiniões e o envolvimento dos membros, e quando se deseja colocar questões que podem não ser facilmente respondidas num inquérito. Outra vantagem é permitir, em situação de entrevista, ganhar insights a partir da interação de ideias entre participantes.

No entanto, é preciso ter em conta como conduzir um focus group: i) reavaliar os objetivos do encontro; ii) considerar outros métodos de recolher de informação; iii) encontrar um bom facilitador; iv) providenciar um gravador; v) decidir quem vai ser convidado e decidir sobre a necessidade (ou não) de incentivos.

“(...) o entrevistador limita-se a fazer habilmente as perguntas e, se necessário sondar opiniões na altura certa; se, porém, o entrevistador se mover livremente de um tópico para outro, a conversa poderá fluir sem interrupção”.

(Bell, 2008:141).

Segundo a autora, o entrevistador, ao usar uma estrutura flexível, que garanta que todos os tópicos considerados cruciais serão abordados, eliminará alguns problemas das entrevistas sem qualquer estrutura.

Para o efeito, foi convidado o Professor Doutor José Escaleira como moderador do focus group, assumindo o papel de facilitador, tendo sido apresentado um guião com 6 questões como um formato semi-estruturado para colocar na sessão.

Quando o grupo estava reunido, foi necessário: i) agradecer às pessoas por terem vindo; ii) rever a finalidade e os objetivos do grupo; iii) explicar como o encontro iria decorrer e como os membros podiam contribuir. Assim como colocar um tom empático e colocar questões abertas dando liberdade aos entrevistados, mas com o emprego de uma estrutura flexível, permitindo abordar os tópicos considerados pertinentes, sondando opiniões e ter a certeza que todas as opiniões foram ouvidas.

As questões promoveram uma interação positiva, acompanhando o curso da comunicação, motivando as pessoas para falarem.

As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, e ao mesmo tempo foram tomadas notas.

3.3. Contexto da investigação

Viana do Castelo possui, na figura das associações culturais, uma ampla variedade (grupos folclóricos, associações musicais, recreativas, desportivas e associações culturais) que permite ao município, mediante a especificidade de cada uma, apresentar um leque variado de atividades programáticas. As atividades produzidas por estes agentes culturais são objeto de apoio por parte do município, sendo esse apoio financeiro mas maioritariamente logístico, tal como referiu Guerreiro (2010).

Considerando que Viana do Castelo apresenta um tecido associativo cultural considerável com dinâmicas de intervenção cultural diferentes, interessa saber quais as formas de participação das associações culturais e dos cidadãos na tomada de decisão das programações artísticas e culturais na câmara de Viana do Castelo.

3.4. Seleção da amostra

Lincoln e Guba (1985) defendem que a redundância da dimensão da amostra num estudo de carácter qualitativo deve ser o critério prioritário. Assim sendo, considera-se que a amostra está completa quando novos casos não trazem nova informação para esclarecer o problema sob investigação. Para Fortin (1999), quando nos referimos à amostra referimo-nos ao procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido de forma a obter informações relacionadas com um fenómeno, de tal forma que a população inteira que nos interessa seja representada. Parafraseando, a amostra consiste em escolher a unidade de análise ou o subgrupo da população sobre os quais os dados da investigação vão ser recolhidos.

Considerando o objetivo das entrevistas, a recolha de informações dos protagonistas envolvidos nas decisões políticas e na sua implementação, a amostra selecionada foram agentes culturais representantes de associações culturais com diferentes formações, experiências e inserções profissionais e a Vereadora da Cultura da Câmara de Viana do Castelo.

Os agentes culturais (amostra) representam as seguintes associações culturais:

- i) Teatro à Sexta (Artes Cénicas);
- ii) Fundação Átrio da Música de Viana do Castelo;
- iii) Produção de Animação Audiovisual - cinema (AO NORTE);
- iv) Grupo de Etnografia de Areosa (GEA);
- v) Edição (Grupo Cultural e Desportivo dos Estaleiros de Viana do Castelo)
- vi) e, uma outra que contempla um destaque notável na Intervenção Social, Cultural e Artística (AISCA).

3.5. Questões éticas

Blaxter et al citados por Bell resumiriam da seguinte forma os princípios da ética da investigação, considerando estes princípios orientadores a que devem obedecer as relações do investigador com os participantes.

“(...) Uma investigação conduzida de forma ética envolve o consentimento informado das pessoas que vão ser entrevistadas, questionadas, observadas, ou ainda junto de quem vão ser recolhidos materiais. Fazem parte do processo os acordos relativos ao uso dos dados e à forma como a sua análise vai ser comunicada e difundida. Uma vez alcançadas, tem a ver com respeitá-los” (2008:56).

A honestidade e a imparcialidade devem ser características presentes no investigador e, de um modo geral, estão relacionadas com a ética e com a “atitude que cada um leva para o campo de investigação e para a sua interpretação pessoal dos factos” (Graue & Walsh, 2003: 76).

Segundo Carmo et Ferreira (1998), a realização de qualquer investigação implica por parte do investigador a observância de princípios éticos. Ou seja, deverá respeitar e garantir os direitos daqueles que participam no trabalho de investigação.

Esta investigação, assume o direito à privacidade ou à não participação, em alguma fase do processo, dos intervenientes selecionados para esta investigação. Foi pertinente efetuar o pedido de autorização, este pedido foi formalizado por escrito às associações intervenientes/agentes culturais e vereadora da cultura, apresentando o plano, ou seja, dizer exatamente qual o objeto e estudo a levar a efeito. Caso fosse proposto por algum dos intervenientes o direito ao anonimato e à confidencialidade, este seria concedido e respeitado, assim como o salvaguardar da integridade física, mental e moral dos participantes, tendo o investigador a obrigação e responsabilidade de proceder a uma avaliação cuidadosa da aceitabilidade ética do seu estudo e efetuar um prévio pedido de consentimento do tratamento e divulgação dos mesmos, devendo ter sempre presente o verdadeiro objetivo da investigação, os limites à privacidade, a confidencialidade, a segurança, os cuidados a ter quando envolve determinadas situações.

CAPÍTULO IV

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.0. Introdução - Apresentação dos resultados

É pertinente referir que o estudo de caso teve, como metodologia principal de recolha de informação, entrevistas a responsável político e agentes culturais. Note-se, no entanto, que o pretendido não foi fazer um levantamento exaustivo das estratégias do domínio cultural, mas somente apontar as tendências de gestão cultural autárquica e as dinâmicas tidas com agentes culturais locais para a criação, decisão e consolidação, ou não, de uma programação cultural articulada.

Na apresentação e discussão dos resultados, constatou-se que as entrevistas davam indicadores muito pertinentes para as respostas às questões levantadas.

Realizamos um total de 7 entrevistas, nomeadamente, à Vereadora da Cultura, Maria José Guerreiro (Guerreiro, 2011), ao representante do Teatro à Sexta, José Carlos Barbosa (Barbosa, 2011), ao Rui Passos Ribeiro (Ribeiro, 2011) da Fundação Átrio da Musica de Viana do Castelo, ao Rui Ramos (Ramos, 2011) da produção de animação audiovisual - cinema (AO NORTE), ao Gonçalo Meira Fagundes (Fagundes, 2011), da edição do Grupo Cultural e Desportivo dos Estaleiros de Viana do Castelo, ao Noé Aço (Aço, 2011) da Associação de Intervenção Social, Cultural e Artística (AISCA) e, ainda, ao Alberto Rego (Rego, 2011) do Grupo de Etnografia de Areosa (GEA).

As entrevistas foram realizadas nas instalações da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo (IPVC), na sala de reuniões do Conselho Científico, no dia 2 de novembro de dois mil e onze. E a entrevista à vereadora da cultura decorreu no dia 20 de outubro, no edifício da Câmara Municipal (gabinete da vereação).

Tal como o acordado com os agentes e a vereadora da cultura, as entrevistas foram gravadas em áudio, e também em vídeo o focus-group, sendo seguidamente transcritas tal como ocorreram. Agradecemos, ainda, a disponibilidade e a colaboração prestada por todos os intervenientes neste processo, sem eles a realização da presente investigação não poderia ser levada a cabo.

4.1. Cidade de Viana do Castelo²

Caracterização geral

Viana do Castelo é capital de distrito, está situada na costa Norte de Portugal, na sub-região do Minho-Lima. O município é limitado a norte pelo município de Caminha, a leste por Ponte de Lima, a sul por Barcelos e a Oeste pelo Oceano Atlântico, tendo como vértices as cidades de Vigo, Porto e Braga, das quais dista em média 65 quilómetros, sendo servida, a nível de mobilidade terrestre, pelas autoestradas A.3/A-27 e A-28/N-13 e, a nível aéreo, pelos aeroportos do Porto e Vigo.

É sede de um município com 314,36 Km² de área e cerca de 40 000 habitantes no seu núcleo urbano e 91 000 habitantes em todo o município, subdividido em 40 freguesias.

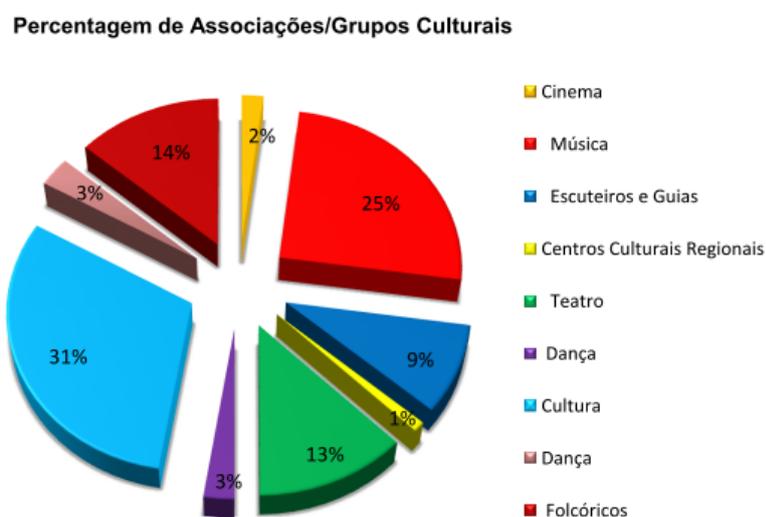
A cidade possui um vasto conjunto de espaços culturais, a saber: i) Biblioteca Municipal; ii) Museus - Museu de Arte e Arqueologia de Viana do Castelo, Museu do Traje e Núcleos Museológicos, Arqueológicos e Culturais - Casa dos Nichos, Moinhos de Água da Montaria, Museu do Pão de Outeiro, Núcleo Arqueológico de St^a Maria de Geraz do Lima, Museu dos Carros de Cavalo, Museu da Fábrica de Louça Regional de Viana, Museu de Arte da Marioneta, Núcleo Museológico do Templo-Monumento do Sagrado Coração de Jesus (Santa Luzia), Museu Agro-Marítimo de Carreço, Moinhos de Vento de Montedor, em Carreço, Núcleo Museológico da Igreja das Almas, Núcleo Museológico de Lanheses, Núcleo Museológico do Sargaço, Castelo de Neiva - Núcleo Museológico de Arqueologia, Castelo de Neiva e Núcleo Cultural-Artístico Rural Escola de S. Gil; iii) Teatro Municipal Sá de Miranda; iv) Salas de Cinema - Cinemas Castello Lopes na Estação Viana Shopping e Cinema Verde Viana no Centro Comercial 1^o de Maio; v) Galerias - Museu de Arte e Arqueologia de Viana do Castelo (Galeria Ala Nova), Antigos Paços do Concelho, Espaço Cultural Estação Viana Shopping, Galeria Barca d'Artes, Centro Cultural do Alto Minho, Galeria Espaço Ao Norte, Galeria do Instituto Português da Juventude, Delegação de Viana do Castelo e Oficina Cultural do Instituto Politécnico de Viana do Castelo; vi) Auditórios - Auditório Professor Lima de Carvalho, Castelo de Santiago da Barra, Teatro Municipal Sá de Miranda, Escola Superior de Saúde, Hotel Flôr de Sal, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Centro Empresarial de Viana do Castelo, Hotel Viana Sol e Centro Social e

² A caracterização do local de estudo foi elaborada com base em dados recolhidos no sítio da internet da Câmara Municipal de Viana do Castelo (<http://www.cm-viana-castelo.pt>).

Paroquial de Santa Maria Maior, Cinema Verde Viana, Pousada do Monte de Santa Luzia Monte de Santa Luzia, Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (Sala Couto Viana), Escola Superior de Educação, Lar de Santa Teresa, For-Mar, Quinta de S. Sebastião Hotel Rural, Coral Polifónico de Viana do Castelo, Estalagem Casa Melo Alvim, Museu de Arte e Arqueologia, Auditório Dr. Luís Lacerda, Axis Hotel, Salão do Casino Afifense, Auditório da ACEP, Sociedade de Instrução e Recreio de Carreço, Sociedade de Instrução e Recreio de Darque e Instituto Católico; vii) Arquivo Municipal; viii) Navio-Hospital Gil Eannes e, ix) Citânia de Santa Luzia. Possui também um notável património natural, monumental e histórico.

O Município de Viana do Castelo conta no seu tecido associativo cultural com uma vasta panóplia de associações/grupos culturais que perfazem aproximadamente cerca de 165 associações, esparsas pelas 40 freguesias, que cobrem as seguintes áreas culturais, como se pode ler no gráfico 1: grupos folclóricos - que representam o concelho, a sua cultura, a sua etnografia e sua dança; música – contempla - bandas de música, grupos corais, orquestras, escolas de música e grupos de bombos; desporto; guias e escuteiros; cultura; dança; teatro – grupos de teatro profissional, teatro de marionetas e teatro amador; tunas; cinema; Centro de Estudos Regionais e o Centro Cultural do Alto Minho (gráfico 1).

Gráfico 1
Associações e Grupos Culturais



Viana do Castelo tem um vasto conjunto de acontecimentos anuais, que são agendados e planificados quando é apresentado o plano de atividades, atendendo a que há eventos cíclicos (sempre realizados em datas específicas, transitando de ano para ano), embora ocorram outros periódicos.

Entre os principais eventos anuais apoiados pela Câmara Municipal (gráfico 2), destacam-se na programação cultural do município os Festivais de Música Clássica, de Blues, de Jazz, de Tunas, do Metalfest, Nacional e Internacional de Folclore, de Cinema e Vídeo, de Teatro, de Marionetas, decorrendo também o Anti-Pop e outras atividades que contemplam as feiras - medievais, os feirões, o artesanato, o livro – entre diversos acontecimentos, tais como: o curso carnavalesco, as marchas populares e a romaria da Senhora D`Agonia, “evento âncora” da Cidade.

Gráfico 2
Eventos anuais apoiados pela Câmara Municipal



4.2. Em que medida se pode falar numa política cultural no Município, de forma estrategicamente planeada e com objetivos

O levantamento preliminar, realizado no âmbito desta investigação, junto de um nicho de associações culturais do distrito de Viana do Castelo, permitiu conhecer a realidade relativamente às ofertas das atividades culturais, os seus objetivos e as principais dificuldades com que se deparam.

As associações selecionadas para a realização deste estudo desempenham na cultura de Viana do Castelo um leque diverso de atividades, que permitiu de certa forma abranger um espectro muito largo, motivo pelo qual foram escolhidas. Elas contemplam várias áreas culturais tais como: a Cultura Popular/tradição representada pelo grupo de etnografia; o Teatro, a Edição; a Música, o Cinema e a multidisciplinaridade de ações e atividades culturais desenvolvidas pela AISCA.

Neste sentido foi questionado aos inquiridos em que medida consideram que se pode falar numa política cultural de uma forma estratégica e planeada associada a grandes objetivos, tais como a promoção da identidade local e regional ou no todo nacional, o estimular de toda a diversidade, o fomentar da participação dos cidadãos, e depois se isso é feito com algum nível de sustentabilidade. Se se pode falar numa - (i) política cultural do município, ou - (ii) se são medidas avulsas.

De acordo com a totalidade dos entrevistados, a segunda hipótese é mais plausível, considerando que não existe de facto nenhum projeto devidamente definido de política cultural. Aquilo a que se tem vindo a assistir ao longo dos tempos é que de facto há produtores de cultura, há criadores, há organizações e pessoas que fazem trabalho nesse sentido, e há também um organismo, que é o Município, que tem centralizado uma grande parte dessa área, surgindo as medidas avulsas por “força” de juntar vários projetos que vão surgindo e acontecendo ao longo do tempo e do espaço. Viana está neste sentido muito longe de ter uma política cultural consistente, não apresentando um projeto e uma direção definida.

Por outro lado, não acreditam nesta municipalização da cultura, considerando que o trabalho é desenvolvido no sentido de se substituírem a uma entidade que eventualmente possa organizar, pagar, financiar e mesmo definir os termos de uma estratégia de política cultural. A única voz discordante é Ramos (2011), que partilha da opinião que na área do audiovisual existe uma política cultural. Acrescenta ainda que o

papel do município deveria ser mais o papel de organização destas entidades que estão no terreno e não a questão de municipalização da Cultura.

No entanto, os inquiridos são de opinião que o município não tem conseguido implementar uma política cultural consistente. Relativamente à cultura tradicional, referem que surge um pouco envergonhada, sem grande destaque por um lado, mas, por outro lado, é lograda pela história carregadíssima de tradições, tendo havido na última década uma vontade de dinamizar projetos de cultura tradicional mas sem avaliar a continuidade das ações.

Afirmam deste modo que não tem havido uma política cultural como se verifica noutras cidades e regiões em que o poder político [avalia de facto o trabalho desenvolvido pelas associações] faz controlo daquilo que de facto são as associações.

Gonçalo (2011) partilha da opinião de Rego (2011) e Barbosa (2011), referindo que não existe de facto uma política cultural do município de forma estrategicamente planeada, reconhecendo no entanto que há um esforço no sentido de caminharmos para a sua implementação. Para tal, partilham da opinião que fazer cultura tem que ser bem programada, bem orquestrada, bem oleada, com contenção de custos, não prejudicando-a mas fazendo-a com qualidade.

Aço (2011) reforça o pensamento dos inquiridos. No entanto, tem consciência de que se contradiz quando afirma que “até há uma estratégia planeada, mas “nós” (associações) não sabemos qual é”. Esta opinião surge quando se confronta com os acontecimentos âncora criados pelo município, que são orientados para uma cultura mais institucional, e os acontecimentos que nascem do planeamento das associações, que são mais do espectro da cultura alternativa.

No entanto, é questionada a existência de cortes de despesas na cultura, considerando que os primeiros a sofrerem essas consequências serão os acontecimentos pontuais que são os apoios às associações, mantendo-se os acontecimentos que dão Identidade a Viana e que “quase são apropriados pela política”. Aço (2011) é de opinião que há uma identidade camarária institucional e uma estratégia para que não se perda toda a cultura.

De acordo com as perceções dos inquiridos, as autarquias em geral têm uma centralidade que não pode ser esquecida nem alterada na definição e na protagonização das políticas culturais a nível local, e que uma política cultural implica basicamente três fatores: sistematicidade e coerência; diagnóstico das situações sociais, culturais e dos públicos; e avaliação de atividades e resultados.

Neste sentido, e em termos de sistematicidade de diagnóstico e avaliação, consideram objetivamente que não há uma política cultural a nível municipal. No entanto, parecem conscientes que há efetivamente um conjunto de organizações/associações que tem desenvolvido uma série de atividades de âmbito cultural, mas referem que fazer cultura é completamente diferente de política cultural.

Nesta perspetiva, reflete-se sobre o papel e até que ponto as autarquias podem “avançar” na definição das políticas culturais e quais são as suas responsabilidades. Isto porque as Câmaras nos últimos anos têm sido, mais que produtoras, recetoras e parceiras de programas e políticas governamentais, como as redes de bibliotecas e de teatros. Questiona-se no entanto, se a câmara se limitar a estes projetos, a sua criatividade ficará limitada.

Guerreiro (2011), confrontada com esta questão, refere que as principais dificuldades com que a Câmara se depara para cumprir os objetivos da atual política cultural é o constrangimento financeiro, deparando com a necessidade de contenção. No entanto, dentro desta redução, admitiu conseguir uma margem interessante para a cultura, esclarecendo que o concelho depende muito da parte cultural, até para a própria sobrevivência da comunidade, dado existirem algumas indústrias e pelo facto de vivermos muito dos “nossos” restaurantes, do comércio local e do centro histórico, e portanto estarmos muito dependentes de quem nos visita.

De acordo com as perceções dos agentes, parece ser unânime a opinião de que “não existe” uma política municipal. No entanto, verifica-se que a Câmara delegou a política e isentou-se do planeamento do Audiovisual, levantando-se a questão se haverá legitimidade para fazer isso nas outras áreas com as quais as associações trabalham.

A partir desta constatação, foi sugerido pelos inquiridos que poderia haver também noutras áreas, tal como acontece no audiovisual, algum tipo de coletivo que faria esse planeamento. Tendo isso presente, somos levados a refletir sobre se deve haver ou não política municipal, e como é que a política cultural é efetivada.

Os inquiridos concordam que um dos caminhos de sucesso seria juntar todas as associações num Conselho. Este teria a função de aconselhamento, e orientaria a autarquia, podendo esta ter a integração e o acordo dos que estão no terreno. É óbvio que a autarquia deve também auscultar vários tipos de públicos mais ou menos jovens com dinâmicas diferentes, sob pena de haver desfasamento entre o que a Câmara faz e o que os públicos necessitam.

4.3. A importância e a necessidade de o plano estratégico integrar as seguintes dimensões: liberdade de expressão – oportunidades para os criadores – cidade criativa – desenvolvimento local e preservação de espaços

Parece constatar-se que não existe uma política cultural, mas supondo que exista um plano estratégico, foi questionado qual a importância do plano integrar dimensões tais como a liberdade de expressão, dando oportunidades aos criadores e áreas já instaladas de desenvolverem as suas potencialidades e de se integrar na cultura e num ambiente cultural – cidade criativa – atuando a nível local, tendo em conta as perplexidades e os desafios globais.

Os inquiridos consideram que as componentes elencadas são perfeitamente oportunas, devendo fazer parte de um plano estratégico para o Município. Foi referido que está a ser elaborado um Plano e que este deve contemplar estas dimensões, uma vez que, no plano anterior, uma parte das estratégias ficaram por cumprir, baseando-se unicamente no conhecimento mais ou menos aprofundado do que acontece nas associações locais.

Ribeiro (2011) reconhece que existe em determinadas áreas um conjunto de enormes fragilidades. Acrescenta que a estrutura da qual faz parte (música) não lhes permite planear à dimensão que gostariam porque estão muito dependentes de programas de incentivos governamentais, mas pelo seu historial esta pluralidade de expressões de diversidade e ecletismo são questões fundamentais para a riqueza de um plano.

Considerando que um plano estratégico deve ser feito para desenvolver os interesses da autarquia ou para desenvolver os interesses da cultura e dos cidadãos enquanto área de atuação de criatividade, Noé (2011) partilha da opinião que o plano estratégico deve ser virado para os cidadãos e para o seu desenvolvimento e bem-estar, e não colocar as associações a atuar, mas pôr os cidadãos a procurar associações e não a mandatá-las. Acrescenta ainda que o Estado é uma máquina burocrática e não tem a agilidade, a capacidade de pesquisa, de inovação e de oferta cultural que têm determinadas associações.

De acordo com as perceções dos inquiridos, parece ser unânime a opinião de que uma autarquia com a dimensão de Viana do Castelo não possui nos seus quadros equipas de cultura (recursos humanos) com o know-how suficiente para criar uma programação cultural regular, considerando legítimo que a autarquia perceba que as

instituições/associações possuem uma rede de contatos privilegiados com determinadas áreas de atuação que a Autarquia não tem.

Os inquiridos consideram que mais importante que reconhecer o trabalho que os agentes locais têm vindo a desenvolver, é conhecer esses agentes, por um lado. Por outro lado, reconhecem a importância de que todos os atores neste processo sejam ouvidos, permitindo elaborar um plano estratégico e um diagnóstico correto da cidade cultural, e que a autarquia deveria documentar-se sobre o que faz cada associação, considerando que nunca houve uma política cultural consistente, quer no apoio concedido monetariamente quer na falta de espaços para trabalhar, encontrando-se determinadas associações a labutar em espaços cedidos por outras instituições sem a qualidade necessária.

Um dos inquiridos acredita que haverá liberdade de expressão nas comunidades numa cidade plural se o plano estratégico da cultura do município for minimamente discutido, analisado, debatido com os agentes culturais, não acreditando, ao contrário de outros inquiridos, que um plano efetuado a partir das ideias e princípios das políticas da Câmara seja suficientemente aberto, criativo e que faça uma cultura plural que chegue a todos os públicos.

No entanto, foi referido que a Câmara tem vindo a acarinhar satisfatoriamente iniciativas pertinentes e de qualidade que vão sendo desenvolvidas pelos agentes culturais. Portanto, parece existir abertura e disponibilidade para analisar, discutir e apoiar dentro de uma certa moderação. Caso haja essa preocupação de analisar com os agentes culturais as características referenciadas, elas poder-se-ão integrar perfeitamente num projeto cultural para o município e do município para a cidade.

Foi ainda reforçada a ideia de que o plano estratégico devia ser discutido e ampliado a um vasto número de intervenientes e agentes culturais, permitindo alcançar alguma vontade coletiva de dinamizar aquilo que são as questões da cultura, atendendo a que mesmo dentro da cultura tradicional também há criatividade, sendo necessário encontrar formas de apresentar e dar a conhecer a nossa tradição, tornando-a um produto consumível.

A nível da auscultação não houve efetivamente qualquer reunião nesse sentido, tal como referiu Guerreiro (2011). Houve, no entanto, uma reunião onde foram convidadas algumas associações para darem conta das suas necessidades e dos problemas que sentiam, a fim de elaborar o plano estratégico.

Os inquiridos são de opinião que a Câmara Municipal e a sua área cultural devem dialogar satisfatoriamente com os agentes culturais que têm vida ativa, que participam, que têm ideias, que criam, que fazem, que trabalham, que movimentam e dão vida cultural à cidade, considerando que todas as associações, independentemente da sua dimensão e atividade, devem ser incentivadas e envolvidas, tendo presente que as mesmas elaboram programas para determinados públicos.

4.4. Participações dos múltiplos atores locais nos processos de planificação estratégica, na definição de objetivos, na programação cultural e na avaliação de planos, programas, projetos e sua contratualização

A globalidade dos agentes culturais revela dificuldades em perceber como é que os representantes municipais discutem internamente e desconhecem os critérios que levam a Câmara a apoiar ou não determinado projeto, quem são os conselheiros, quem são os agentes envolvidos no meio e de que forma é elaborada a avaliação, tendo em consideração que as verbas utilizadas são dinheiro público.

Motivo pelo qual consideram que a política cultural deve estimular a participação de todos, quer nos processos de programação, quer na avaliação, assim como na contratualização.

4.4.1 Estímulo por parte do Município no envolvimento e participação dos diversos atores

Relativamente a esta questão, os inquiridos admitem que efetivamente não tem havido uma estratégia delineada por parte da autarquia que evidencie prioridades de participação das associações, defendendo no entanto que as associações não têm que definir políticas mas poderiam ser ouvidas na definição de algumas delas.

Neste contexto foi referida a importância que a Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, designada por CIM Alto Minho (CIM), tem vindo a desenvolver em diferentes áreas de intervenção (projetos e programas) e a importância do seu planeamento estratégico, tido como um bom exemplo de gestão integrada de recursos com enorme

potencial.

Fagundes (2011) refere que seria interessante se a CIM também explorasse a área cultural, permitindo oferecer outra visibilidade e outra dinâmica, tendo consciência que a Cultura é “bem” mais complexa na sua diversidade.

Esta articulação deveria ser efetuada quer com as freguesias locais, quer a nível municipal, quer a nível intermunicipal, permitindo efetuar uma experiência piloto muito interessante, levando a traçar outros caminhos e perspetivas.

Não podemos deixar de lembrar que, na opinião de alguns inquiridos, o estímulo e o envolvimento nos processos de visão estratégica é nulo, dando como exemplo um episódio que ocorreu com uma associação participante nesta investigação, quando decidiu avançar com um projeto da primeira mostra de Teatro Amador em Viana do Castelo, envolvendo cerca de 800 espetadores, e que o município, com a dimensão de capital de distrito, não prestou qualquer apoio financeiro, mas apenas logístico - cedendo o Teatro Municipal e a equipa técnica, atendendo a que é um equipamento da cidade e do concelho.

Esta opinião é partilhada, também, por outros inquiridos, como é o caso de Ramos (2011), que concorda que não existe qualquer estímulo camarário, referindo que nunca houve efetivamente por parte da Câmara uma preocupação em termos de equipamentos culturais, colocar os diversos agentes culturais e associações culturais num único espaço. Acrescenta que esta proposta foi efetuada várias vezes a vários executivos: que pudesse existir um espaço em que cada instituição pagasse uma renda, pagasse um espaço expositivo, de exibição, de ensaio e de espetáculos.

Os inquiridos concordam que existem de facto bons equipamentos em Viana do Castelo, considerando no entanto que os “políticos”, quando “fazem e/ou pensam” a obra urbanística, é mais para uma questão de visibilidade, menosprezando sempre a cultura e a forma como os cidadãos vão viver nos novos espaços, na nova cidade, ou seja, como é exercida a nova cidadania arquitetónica. Barbosa (2011) refere que existe por parte da associação com a qual trabalha a preocupação de dar vida ao espaço público e participar nas manifestações (nomeadamente no FlashMob na Praça da República, na animação da Feira Medieval) pela multidisciplinariedade, e ao intervir na Pediatria do Hospital e na Casa dos Rapazes estão a cumprir funções sociais e socioculturais que não podem ser desprezadas.

Foi a partir desta problemática que foi referido pelos inquiridos que em Viana há espaços que sucessivamente vão sendo desocupados e que são do município e que

poderiam ser ótimos centros de divulgação da cultura (ex: Marina), através da apresentação e integração de projetos culturais que permitam dinamizar e consolidar esses espaços.

É pertinente referir a proposta de dinamização do espaço do Mercado Municipal como *atelier* de pintura, com a função de Serviços Educativos.

Por outro lado, Guerreiro (2011) partilha da opinião que as associações têm de se consciencializar da necessidade de partilhar recursos e sedes [espaços], como um aspeto importante e fundamental para o desenvolvimento sustentável a nível local.

A vereadora referiu ainda que, para além desta necessidade de partilha, as associações também têm que saber programar as suas atividades em função daquilo que conseguem alcançar, e não programar contando que a Câmara vai apoiar. Salvo exceções, esse apoio foi sempre mais ou menos pacífico e podiam contar com ele, no entanto refere que agora começa a ser impossível, não por uma opção política mas pelo facto de não ter capacidade financeira para o fazer.

4.4.2 Participação dos múltiplos atores locais e seu relacionamento

A mensagem que está a ser passada por parte da Câmara é que as associações se juntem quando têm projetos semelhantes. O Município sente a necessidade de começar a passar esta mensagem, encontrando-se a elaborar um plano de contenção. Também um dos objetivos que está a ser pensado implementar é apoiar financeiramente um projeto a partir do momento em que haja um trabalho em rede com várias associações, partindo do princípio de que o trabalho em rede terá mais sustentabilidade.

Neste sentido, Guerreiro (2011) refere que uma das estratégias adotadas para a realização da Capital da Cultura do Eixo Atlântico, que decorreu em junho e julho de 2011, foi “pegar” em eventos da Câmara e das associações (ex: 1.º encontro de Teatro Popular), convidando-as a intervir fazendo parte do conjunto dos eventos da Capital da Cultura.

A ação desenvolvida foi direcionada e dinamizada no sentido de remeter para a EuroRegião [do Norte e Galiza], envolvendo um conjunto de atividades que decorrem nas freguesias do concelho da região norte e em Espanha.

Considera que existe um bom relacionamento com as associações culturais, e quando assim não é, não tem que ver com as entidades mas sim com as pessoas. Acrescenta que normalmente são as associações que procuram e apresentam as propostas.

De acordo com a vereadora do pelouro da cultura, a articulação existe. Tem presente que há “algumas associações, alguns agentes culturais que são dependentes da Câmara”, mas se isso é saudável ou se, por outro lado é “um paternalismo”, “não sabe”. Considera que existe de facto uma articulação no sentido dos agentes e associações apresentarem um projeto e a Câmara comprometer-se a apoiar esse projeto, mas quando se apercebe que essa articulação saudável é dependência, questiona se é saudável.

4.4.3 Programação Cultural Municipal e dos Agentes Culturais

Segundo a vereadora, na elaboração da programação cultural não existe a figura de programador, existe sim uma série de eventos que são cíclicos e que ocorrem há algum tempo (ver gráfico 2). Para além destes eventos cíclicos existem as associações que estão ligadas aos eventos cíclicos, de acordo com o compromisso estabelecido no sentido da Câmara continuar a responder, ou seja, a Câmara efetua todos os pagamentos, mas são de facto as organizações e empresas privadas que organizam, que programam e que contratam. Estas programações são feitas por agentes culturais (ex. Festival de Jazz, na Praça da Erva), pois em tempos atrás [cerca de 20 anos] o presidente da Câmara de então não tinha Vereador da Cultura, tendo o hábito de, em determinadas áreas da gestão Municipal, concessionar essa gestão a empresas privadas, como não tinha *staff* para aquela área abria concurso e concessionava.

Ainda em relação à figura do programador, referiu que estes nem sempre conhecem as realidades culturais locais, a que acresce o facto de estes terem um estatuto do ponto de vista de cargo que exige uma remuneração em função disso, despesa extra que não é passível de ser comportada. Por outro lado, reconhece que os agentes locais dão melhor resposta que ninguém, permitindo desta forma construir uma programação cultural interativa através de um conjunto de ideias que vão sendo aferidas ao longo do ano, reconhecendo que não é uma programação profissional, mas é uma programação que poderá ir ao encontro daquilo que a população quer.

As atividades desenvolvidas por estes agentes são importantes, referindo que cerca de 70% das ofertas culturais do concelho são promovidas pelos agentes e associações culturais, mas apoiados pela Câmara, apresentando a título de exemplo a taxa de ocupação do Teatro Municipal, em que a Câmara ocupa cerca de três a quatro dias com atividades, sendo os restantes dias ocupados com atividades e projetos das associações e agentes culturais.

De acordo com a totalidade dos entrevistados, o contributo das atividades culturais é muito positivo para o desenvolvimento cultural do município, no entanto partilham da opinião que o concelho tem um número considerável de atividades culturais, mas recordam que elas decorrem essencialmente na época sazonal, verificando-se noutras épocas pouca oferta cultural e ausência de vida noturna.

Neste sentido, Guerreiro (2011) refere que esse aspeto [época sazonal] escapa à programação cultural da Câmara, isto porque todas as associações programam atividades culturais com a aproximação da chegada dos emigrantes. Ou seja, acontecem várias atividades no mesmo dia e hora, com particular incidência nos meses de junho, julho e agosto, e em especial ao sábado à noite e domingo à tarde.

No entanto, considera haver atividades muito interessantes, mas com tendência sazonal, devendo existir uma distribuição das atividades ao longo do ano, permitindo, por um lado, a cedência de recursos a nível logístico e, por outro lado, dando oportunidade aos cidadãos usufruírem e enriquecerem-se culturalmente de forma continuada.

Analisando o discurso dos entrevistados, é perceptível as opiniões subjacentes a esta temática se relacionarem e estarem condicionadas, por um lado, pela caracterização da equipa da cultura e seus recursos, e por outro lado, pela forma como é feita a divulgação dos eventos culturais do município, designadamente através do *site* da Câmara Municipal: há escassa informação de caráter cultural e de conteúdo, devendo apresentar maior desenvolvimento das notícias de programação cultural, assim como notas informativas com artigos de opinião.

Também foi verificada a necessidade sentida por estes agentes de que a Câmara deveria diversificar a oferta cultural e apostar no trabalho dinâmico que as associações fazem, dando lugar a outros talentos.

A programação cultural deverá promover a atratividade do concelho e combater a sazonalidade turística, criando elementos e propostas de interesse que abrangam

públicos diversificados, desde os que preferem a cultura e a tradição da região, até àqueles que preferem concertos diversificados ou *happenings* mais alternativos.

4.4.4 Avaliação e atribuição dos subsídios

De acordo com a totalidade dos entrevistados, deverá existir uma avaliação ou auscultação do trabalho desempenhado pelas associações. No entanto, a Vereadora da Cultura refere que essas avaliações podem ser subjetivas, ou seja, de facto algumas associações trabalham durante todo o ano, e o seu trabalho é mais visível, tem mais impacto, no entanto outras associações também podem trabalhar durante todo o ano e o seu trabalho não ser tão visível, mas poderá ser visível à dimensão da sua freguesia, referindo que “tem noção que em algumas freguesias do concelho, o único contacto que as pessoas tiveram ou têm com um instrumento musical é com a escola de música da sua freguesia, através da associação cultural”.

De acordo com a informação prestada por Guerreiro (2011), estas associações recebem um “pequeno” subsídio mas que à sua dimensão fazem uma sensibilização à música, ao teatro, entre outras atividades que estimulam o desenvolvimento de competências, valorizando aspetos relacionados com a cultura e as artes. Acrescenta ainda que este trabalho desenvolvido pelas associações poderá proporcionar aos habitantes da freguesia um [único] espaço e lugar de encontro, de partilha e de permitir a aprendizagem dos instrumentos, quer em concertina, quer em cavaquinho. Considera que “o desenvolvimento do gosto pela atividade musical promovido por estas associações tem contribuído decisivamente para a promoção de hábitos culturais, a coesão sociocultural e autoestima das populações, bem como para a ocupação saudável dos tempos livres das crianças e dos jovens” (Guerreiro, 2011, Ata n.º 2, de 17 de outubro de 2011).

Considera a necessidade de elaborar um plano de contenção, mas depara-se com esta questão: “cortar onde”? Isto porque estas associações recebem um subsídio pouco expressivo [não representa muito para a Câmara], mas que representa muita para determinadas associações. Refere que a esse respeito lhe é lembrado que nas 40 freguesias existem cerca de 30 escolas de música e que com esse subsídio “destinado a essas escolas” suportava uma escola de música na cidade, onde todos poderiam usufruir dessa valência.

De acordo com a opinião da vereadora, esta não seria a melhor opção, nem um contributo para o desenvolvimento harmonioso dos cidadãos concentrando todas as valências na cidade, até porque nem todos teriam acesso, não só pela distância, mas também pela questão de acessibilidade dos transportes públicos em todas as freguesias.

Quanto à avaliação, foi referida a necessidade e a preocupação de a efetuar, mas admite ainda não ter encontrado uma fórmula “mágica” nem possuir mecanismos que permitissem avaliar com rigor e perceber comparativamente qual é o impacto que cada uma tem, asseverando que “temos aqui coisas para comparar que não são comparáveis”. Também refere que não se pode comparar uma banda de música a um “grupinho”, pois recebem subsídios diferentes.

Neste sentido, a vereadora lembra a necessidade de perceber o seu impacto e a sua importância no local onde as associações estão inseridas, discorrendo que lhe surgiram muitas dúvidas sobre se estaria a efetuar uma avaliação “politicamente correta”, quando se trata de associações que se encontram em patamares e pontos de partida muito diferentes.

Dado não possuírem pessoal, por constrangimentos financeiros, para efetuar uma avaliação e dar o feedback de todos os eventos promovidos, a avaliação que vai sendo aferida tem sido subjetiva, sem indicadores quantitativos.

Relativamente às verbas atribuídas, refere que houve um aumento significativo para determinadas associações, estando ciente que foi através de uma avaliação subjetiva.

Relativamente a esta questão dos subsídios (no âmbito do regulamento de apoio ao associativismo cultural e criativo) verificou-se, através da consulta efetuada às atas, que no âmbito da Medida 1 – Apoio ao funcionamento e desenvolvimento da atividade regular - candidataram-se 39 (trinta e nove) associações culturais, tendo sido aprovado um valor global de 23.950,00 €.

Para o apoio à atividade regular bem como à renovação do instrumento e traje dos Grupos Folclóricos, na sequência das candidaturas de 28 (vinte e oito) grupos folclóricos concelhios e nos termos da mesma medida [Medida 1, Cap. II, Art. 5 do regulamento], foi aprovado um total de 35.500,00 €.

Já às Escolas de Música, Grupos Corais, Guias e Escuteiros foi atribuído às 29 (vinte e nove) associações candidatas o valor global de 33.000,00 €. (Ata n.º19 de 19 de

setembro e ata n.º 21 de 17 de outubro de 2011 [ver gráfico 1]).

Uma primeira leitura da referida documentação (atas) torna claro que o apoio às associações é feito quer financeiramente, quer em termos logísticos (palcos, cenários, barreiras, entre outros), quer na cedência de espaços solicitados, tais como: a Praça da República, os Paços do Concelho, a Biblioteca, o Museu, o Teatro Municipal e o Shopping (o espaço é utilizado em exposições, no entanto espera-se que seja um espaço criador de incubação), cedendo também os técnicos/recursos humanos e o apoio na montagem dos espetáculos.

De acordo com os entrevistados há diferenças entre os diversos agentes culturais, quer na atuação, na intervenção, no tipo de iniciativas, quer na qualidade das mesmas, argumentando que as várias sucessões camarárias têm tido ao longo dos tempos uma atuação paternalista com os subsídios (também referido por Guerreiro, tal como já tivemos oportunidade de mencionar), um “bocado” em função da relação que os agentes culturais ou representantes têm junto da Câmara por “portas travessas”.

Acrescentam ainda que a Câmara deveria dar alguma importância aos agentes culturais de qualidade, envolvendo-os na tomada de decisão, e não adotar uma política paternalista e facilitista para com as associações que desenvolvem pouca atividade cultural sem qualquer notoriedade.

Os inquiridos referem que desconhecem quais os critérios dos apoios pontuais a que as associações se candidatam. São de opinião que os subsídios deviam ser indexados aos projetos apresentados pelas associações e de acordo com a sua importância e desempenho, e não como a interpretação que é feita: “dar a esmolinha a cada associação”, independentemente de serem ou não justos.

Informação recolhida junto da Vereadora mostra que o apoio às associações é feito não só para as atividades desenvolvidas, mas também destinado a infraestruturas culturais (obras de remodelação das sedes) ou na aquisição e apoio de equipamentos, por considerar também uma necessidade para que as próprias associações possam desenvolver as atividades que promovem, tal como aconteceu à Sociedade de Instrução e Recreio Darquense (SIRD) e à Associação Cultural e Recreativa de Vila Franca (Ata n.º 4 de 21 de fevereiro e ata n.º 6 de 21 de março)].

4.4.5. A necessidade de contratualizar permitindo rentabilizar recursos

Um dos inquiridos considera que a Câmara tem tido com a associação com a qual trabalha uma articulação saudável. Referiu ainda que a Câmara contratualizou com a AISCA uma atividade muito específica - Noite dos Museus –, o que se traduziu num forte incentivo e estímulo à associação. No entanto, a associação considera que a contratualização efetuada para essa atividade não parece ser fruto de uma estratégia coordenada e pensada, mas dever-se a questões de [falta] recursos humanos para programar a atividade e a necessidade de levar avante a atividade.

Outro agente referiu que com a área na qual trabalha não há qualquer contratualização com a Câmara, apesar de no decurso da atividade e do projeto educativo dessa instituição se realizarem uma série de atividades e concertos de maior ou menor dimensão.

É da opinião que a Câmara não contratualiza com esta instituição, porque as atividades promovidas por esta instituição não têm custos financeiros para a Câmara Municipal, [custo zero para a Câmara] e pelo facto desta instituição suprimir a oferta cultural nesta área (música) à cidade.

A contratualização seria o mais adequado, segundo Ramos (2011), “até para ir contra esta questão desta política, desta estratégia, que acaba por ser uma estratégia mais de pacificação do que avaliação, o tal apadrinhamento”. Esta medida resolveria quase todos os problemas e não “nos colocaria aqui uns contra os outros em termos de avaliação”, tendo a Câmara que definir os parâmetros. Esta opinião é partilhada, também, por outros inquiridos, como é o caso de Fagundes (2011), que considera que a Câmara e o Pelouro da Cultura tem tido bons exemplos de contratualização como é o caso da AO NORTE, que tem vindo a desenvolver um excelente trabalho e tem tido um bom apoio por parte da Câmara. A par desta associação, é também visível a contratualização e o apoio efetuado à associação cultural de Marionetas, Atores & Objetos (MAO), considerando no entanto que estas também devem, apesar de tudo, trabalhar com algumas limitações (protocolo de colaboração com a MAO – Ata n.º 8, de 18 de abril de 2011).

Face a esta contratualização referida pelos inquiridos, o jornal “A Aurora do Lima”, datado do dia 24 de fevereiro do corrente ano, refere que, segundo afirmou a vereadora Maria José Guerreiro, no “âmbito da contenção que introduzimos no início de 2012, baixamos todos os nossos protocolos de desenvolvimento cultural”. Em

consequência, “acabamos com esses protocolos de pagamento de rendas” vendo-se a MAO confrontada com esta situação da “não renovação do protocolo assinado entre a edilidade e a MAO, com o objetivo de manutenção do Museu da Arte de Marioneta”.

4.5. A política cultural do Município integra uma visão holística dos problemas urbanos e a conseqüente integração e concertação entre políticas locais setoriais?

Na planificação da política do Município, foi debatido com os inquiridos especialmente Cultura, mas também foi pertinente referir em que medida ela pode ser dinamizadora e motor ou integrar outros aspetos como a educação, a saúde, o urbanismo, a economia e o turismo, realçando o papel integrador que a cultura tem nas outras áreas.

De acordo com a totalidade dos entrevistados, o contributo das atividades culturais poderia ser muito positivo para o desenvolvimento local, podendo refletir-se nas diferentes áreas como a educação, o urbanismo e o turismo.

Segundo os inquiridos, a política da Câmara a nível urbano não é muito perceptível, isto é, se ela existe não se entende. No entanto, são da opinião que deverá existir “alguma estratégia, apesar de não passar cá para fora”, reconhecendo que a questão urbana é muito importante para a cidade e para a cultura. Neste sentido, deveria existir maior integração dos agentes culturais de forma a desenvolver uma cidade que se pretende saudável e dinamizadora.

Acreditam que é preciso fazer aquilo que não existe, “uma política para a Cultura” planeada e que integre as diversas áreas. Para tal, Fagundes (2011) referiu, à semelhança dos outros inquiridos, a propósito da construção do Coliseu (Centro Cultural), que é um bom exemplo da falta de planeamento cultural na cidade por parte da Câmara, uma vez que veem o Centro Cultural como uma estrutura avultada para a dimensão da cidade, tendo algumas reticências em relação à sua dinamização e funcionamento diário. Considera, no entanto, tal como referiu anteriormente, a importância da CIM na construção de uma política alargada ao distrito e a todos os Concelhos, onde existisse uma obrigatoriedade de instituir estes instrumentos para que haja uma política integrada comum que de alguma forma toque as várias áreas da sociedade. Competindo também aos agentes e entidades culturais participar, debater, tornar críticos, dar sugestões e avançar com ideias, apresentando propostas

interessantes que sejam suscetíveis de cativar, de mobilizar, de serem ouvidas e entendidas pelos públicos. Reforçando que a CIM pode ser um bom instrumento para pugnar e pôr em prática estas ideias.

Outros agentes referem a importância da CIM mas em projetos de uma certa dimensão, supramunicipais, reconhecendo que a CIM nunca terá o conhecimento cabal do trabalho de todas as associações, e que numa política mais micro consideram que o município teria de conhecer o que o rodeia e estar a par disso.

Nesta linha de pensamento foi referido que a política das geminações tem ficado muito aquém do que se poderia esperar, tendo-se constatado que nunca se verificou as associações a terem qualquer papel ativo nas geminações, apesar de ser interessante juntar as várias valências de que a cidade dispõe, permitindo uma dinâmica diferente, resultando na aproximação entre as cidades.

Rego (2011) reconhece, no entanto, que eventualmente uma associação ou outra vai participando, mas sem visibilidade ou expressividade, assim como os eventos que decorrem não pertencem a um calendário internacional. Ramos (2011) contraria esta ideia ao referir que a AO NORTE, no âmbito das geminações, exibira um filme.

Rego (2011) refere ainda que as geminações é um evento internacional, e que deveria merecer um destaque notável com a intervenção das associações, integrando manifestações da cultura tradicional e outras áreas, tal como verificou na Turquia, encontrando uma dinâmica e envolvimento quer das artes, quer da música, quer dos criadores da nova tradição, ou seja, perceber como os jovens interpretam as atitudes urbanas de hoje e como isso é representado em palco.

A geminação, recorde-se, nasce da celebração de um acordo de geminação e cooperação descentralizada com Municípios “Países”. Estas geminações assentam nas relações culturais e sociais registadas entre determinada comunidade. Assim, os Municípios procuram desenvolver iniciativas para um melhor conhecimento e relacionamento assente em atividades partilhadas e de mútuo acordo, para aproximar as suas populações, os órgãos autárquicos, as empresas e as organizações da sociedade civil.

De acordo com os entrevistados todos estes âmbitos e setores são preocupações de todos os agentes culturais e cidadãos, referindo que o desenvolvimento cultural deve partir de cada um de nós.

4.6. A importância da existência de um Conselho e de agentes culturais no aconselhamento da Câmara Municipal no planeamento estratégico

O levantamento preliminar, realizado no âmbito desta investigação, permitiu conhecer a opinião dos agentes relativamente à existência de um conselho. Uns consideram que o conselho de agentes culturais não seria algo criado pela Câmara ou pelo Município, mas algo criado de forma independente pelas associações que tivessem interesse em participar, considerando que as pessoas que integram as associações são as mais indicadas para elaborar propostas e apontar uma estratégia cultural para a cidade.

Outros inquiridos discordam dessa opinião, referindo que a questão de planeamento estratégico e a existência de um conselho em que as associações se substituíssem às obrigações da Autarquia na definição de um plano estratégico não parece uma boa opção, pelo facto de considerarem que essa função cabe à Câmara.

Consideram imperioso e importante que haja diálogo entre as associações e as organizações no sentido de se articularem, de se fortalecerem e de poderem dar, enquanto agentes culturais, opinião sobre as diversas temáticas e de sentirem que são auscultados e que possuem propostas pertinentes.

De acordo com a totalidade dos entrevistados, verifica-se a necessidade das associações ganharem alguma dimensão e abertura quer na realização de tertúlias, congressos, quer em fóruns de discussão onde pudessem partilhar opiniões e necessidades.

4.7. O que é que a Cultura atual pode oferecer em termos de turismo como forma de valorizar o produto da região

A valorização do Concelho é, segundo Ribeiro (2011), necessária, seja a nível regional, nacional ou até internacional, com a criação de eventos âncora, sendo inevitável criar uma identidade que proporcione visibilidade suficiente para promover a região e a cidade. Neste sentido, foi questionado se a “anunciada” Bienal de Design será um desses caminhos, no sentido de criar uma imagem forte, tal como tem

acontecido noutras cidades, onde efetivamente se cruzam as componentes da tradição e modernidade. Tal como já tivemos oportunidade de mencionar, os inquiridos acreditam que em Viana está “mais ou menos” consolidado a questão da identidade e património – tradição do traje, a capital do folclore –, referindo que falta a questão da contemporaneidade.

De acordo com a perceção dos inquiridos, parece ser unânime a opinião de que o traje é conhecido em todo o mundo, reconhecendo que há nisso potencial económico (bordados, toalhas, etc.), mas consideram necessário a criação de uma dinâmica a uma escala mais abrangente.

Os inquiridos referiram que nestes dois últimos anos houve uma tentativa de se realizarem coisas novas como a Bienal de Design e a mostra de Teatro Amador, no entanto consideram que isto não é um nicho de política cultural que alguém tenha gizado estrategicamente.

Relativamente à explanação exposta pelos inquiridos/agentes culturais, a vereadora refere que a questão da intervenção cultural no município é uma área muito diversa e complexa, existindo várias coisas/áreas que estão implícitas, acrescentando que tem duas áreas importantes, uma mais de animação e lazer, de entretenimento, com uma intervenção mais pontual, e uma outra componente mais estrutural, relacionada com a educação cultural, exigindo uma intervenção mais sistemática e de continuidade.

No que respeita à herança cultural mais tradicional, considera que está completamente consolidada, tal como referem os agentes. Viana do Castelo a capital do folclore, do Alto Minho, do traje à Vianesa e a Sra D`Agonia são marcas identitárias, reconhecidas por todos, que se repercutiu num conjunto de situações e escolhas nas exposições da bienal.

Viana do Castelo, em 2010, teve o lançamento para uma Bienal de Artes Design e Arquitetura com a colaboração do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e outras instituições. Ora, no lançamento da promessa da Bienal foi tido em atenção uma panóplia de elementos da tradição vianense com visão para o contemporâneo. A bienal patenteou o Design das Artes Plásticas.

É pertinente fazer uma reflexão quando é dado a conhecer que estão cerca de 40 pessoas no concelho a desenvolver um trabalho muito forte e significativo em torno do artesanato contemporâneo. A grande marca é o “coração”, que se tornou assim um grande ícone e “símbolo” de trabalho de artesãos vianenses, trabalho este

representado nas T-shirts, nos bordados, nos sacos, nos candeeiros, nos sofás, nos sapatos e em determinadas peças de vestuário. Tal constatação leva Guerreiro (2011) a referir que, neste momento, esta questão do traje e da tradição está muito consolidada, e os cidadãos já veem o artesanato contemporâneo como reconhecimento da tradição e da cultura vianense, privilegiada pela forte dinâmica e envolvimento dos cidadãos na participação das atividades desenvolvidas nesta área.

Neste sentido, foi promovido o mercado da arte contemporânea artesanal, com o intuito dos novos artesãos apresentarem os seus produtos. Para a Bienal de 2012 está a ser trabalhada a questão da Joalheria, que é uma área que os órgãos do poder camarário da cultura pretendem “abraçar”, como sendo muito importante.

Relativamente à questão do evento âncora, uns referem que as Festas da Senhora D’Agonia têm um destaque notável e participação, no entanto, consideram importante que se saiba dinamizar a cultura e a Arte na cidade, tentando corrigir os problemas dos espaços mais carenciados, sem qualquer atividade, no sentido de direcionar-se para um panorama cultural mais normalizado, mais homogéneo, a caminho do desenvolvimento sustentável e regional. Por outro lado, outros são de opinião que as estruturas culturais da cidade não têm dimensão para poder oferecer de facto produtos culturais que possam ser suscetíveis ou suficientemente mobilizadores, quer de grandes públicos, quer da criação de grandes dinamismos económicos turísticos.

Colocando em linha de pensamento o desafio e a hipótese de Viana do Castelo ser a curto prazo a Capital Europeia da Cultura, tal como Guimarães, foi notório a perceção dos inquiridos ao referirem que Viana do Castelo não “aguentaria”, não está preparada, e que teria muitas dificuldades. Ao contrário de Guimarães, Viana não tem “comissários internacionais, comissários nacionais e comissários regionais”, sendo estes que agem em rede com o resto do país e do mundo, permitindo desta forma a mobilização e o funcionamento de eventos de grande dimensão. Para além desta questão, Ramos (2011) referiu que Guimarães, ao contrário de Viana do Castelo, tem um enquadramento muito particular, que é a cidade mais jovem da Europa e com uma dinâmica inaudita.

Fazendo ainda referência à questão do território, é de opinião que este desenvolvimento passa essencialmente pelo Turismo e pela sua promoção. Neste sentido [a nível de promoção do território], é pertinente referir que a AO NORTE está a produzir alguns documentários [que passam pela criação e preservação da chamada

memória audiovisual da região vianense], baseados em determinados aspetos da cultura popular e erudita.

Neste âmbito encontram-se a produzir uma panóplia de documentários abarcando os seguintes temas: O Traje de Viana do Castelo; O ouro de Viana do Castelo; O Sargaço; A Romaria de São João D`Arga; As Cantigas ao Desafio da nossa Região; A partilha da água numa Freguesia Rural; O Vinho Verde.

A associação AO NORTE refere que ao “dar” estas imagens reconhece que poderão servir, de alguma forma, de promoção e divulgação, acreditando que primeiro vêm as imagens, o aspeto visual, e depois as emoções. As imagens poderão registar e promover a cultura da nossa região, ou seja, o Turismo.

Esta também parece ser a opinião de mais agentes culturais, ao afirmarem que Viana, a nível de oferta turística, tem uma agenda cultural demasiado pobre, considerando que tem que existir maior dinamização das associações e maior divulgação do trabalho local que vai sendo ideado.

De acordo com a totalidade dos entrevistados, o contributo de criar iniciativas de promoção à volta dos acontecimentos culturais pode potenciar o turismo, a atratividade da cidade e beneficiar a economia local, motivando o interesse dos investidores em Viana do Castelo, suprimindo carências locais e sub-regionais que permitirão o reforço e funcionamento dos equipamentos locais e associações locais com atividades culturais que contribuem para o desenvolvimento social, cultural e económico da cidade e bem-estar da população.

4.8. A importância que a atual política autárquica atribui à criação e formação de públicos

Guerreiro (2011), apesar de considerar a criação e formação de públicos uma tarefa difícil, também refere a importância da fidelização, do alargamento e da formação de públicos, considerando pertinente apresentar e trazer novas linhas, novos segmentos e novas propostas no sentido de criar novos públicos, elaborando estratégias de consolidação dos públicos da cultura.

Esta visão pode ser observada pela articulação efetuada com as escolas. A Câmara promove, em articulação com as escolas, iniciativas que visam a formação de públicos, como é o “Contorno das Palavras”. Esta atividade desenvolvida pela Biblioteca Municipal tem como objetivo abranger os alunos desde o pré-escolar ao secundário, levando às escolas novas propostas culturais na área da dança, do teatro e da literatura.

A primeira edição decorreu em 2010, com o tema “Literatura Juvenil”. A segunda edição, em 2011, teve como tema a “Literatura de Viagem”, e a terceira edição, que decorrerá este ano, será apresentada com o tema “Artes e a Literatura”. Esta iniciativa tem a participação e colaboração dos Agrupamentos Escolares e da Rede de Bibliotecas Escolares, visando levar às escolas do Concelho um olhar diferente sobre a palavra e as suas diferentes formas.

Para além desta atividade, o Centro Dramático de Viana, apoiado pela Câmara, realiza teatro infantil, fazendo sempre a articulação com as escolas. Também o Encontro de Cinema (financiado pela Câmara), realizado pela AO NORTE, faz essa articulação, assim como um acontecimento que surgiu em 2011, a “Tela”, que é um espaço de apresentação do teatro escolar organizado pela MAO. Estes exemplos tornam claro, como seria de esperar, a necessidade de criação e formação de públicos como uma atuação viva, dinâmica e uma excelente forma de comunicação com as escolas, o teatro escolar.

Sendo a cultura o ponto de partida, a vereadora considera que existem públicos fidelizados em determinadas áreas, tal como constata em concertos de música clássica, nos determinados autores na biblioteca “à conversa com...” e na apresentação de livros. Do seu ponto de vista, este público não assiste a outros eventos. No entanto, Guerreiro (2011) considera que existe um grande desequilíbrio entre o público da época sazonal e o das restantes épocas. O público sazonal é um público vasto, diversificado, o público das outras épocas é um público escasso, mas fidelizado em determinadas áreas.

CAPÍTULO V
CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.0. Etapas de um percurso investigativo

Na gênese deste trabalho queríamos encontrar as respostas possíveis às questões de partida que determinaram o processo investigativo: quais as normas e práticas do relacionamento entre a vereação da cultura e as associações culturais? que tipos de canais de comunicação existem para que estas possam intervir, a título coletivo, na tomada de decisão das políticas culturais e na programação cultural? quais os mecanismos utilizados na avaliação das atividades culturais que decorrem no Concelho?

Subjacentes a esta problemática, outras questões complementares se levantaram. Aí, interrogamo-nos sobre as vantagens da existência de: i) um Conselho; ii) da pertinência de contratualização com as associações culturais de forma a corrigir fragilidades; iii) do reconhecimento da necessidade de ver avaliadas as ações de programação; iv) e da necessidade de maior regularidade, de maior diversidade e de maior visibilidade da oferta cultural.

Seguimos um percurso investigativo que desenvolvemos ao longo dos capítulos, cada um com as suas especificidades. O primeiro capítulo dá a conhecer o ponto de partida da investigação e as questões levantadas. É descrito qual o contexto em que o estudo se vai desenvolver e o porquê, de forma a dar respostas às questões da investigação.

No segundo capítulo é apresentada a revisão da literatura, apoiada em diferentes autores e realidades culturais, quer de âmbito regional, quer de âmbito nacional e internacional. Dessa forma, procurou-se perceber até que ponto é necessária uma política cultural autárquica e qual o perfil das autarquias nas suas dinâmicas culturais locais, identificando as tendências de gestão cultural autárquica a partir das programações, agentes culturais e meios.

O terceiro capítulo recaiu sobre a metodologia seguida na investigação e as opções tomadas. No quarto capítulo, descrevemos o contexto onde decorreu a investigação, é feita a análise, e, por último, apresentámos a interpretação dos dados que resultaram da pesquisa.

Descritos, sumariamente, os pontos principais do nosso trabalho, pretendemos, agora, avançar, numa síntese final, com algumas conclusões, na sequência do quadro teórico proposto, sem esquecer o problema de partida e os objetivos previamente estabelecidos.

5.1. Conclusões

No nosso percurso investigativo, verificamos que a autarquia não faz uma avaliação de políticas culturais, ou então fá-la partindo de uma base instável. No entanto, apresenta uma das grelhas de leitura possível, utilizada para dar conta de algumas linhas das políticas culturais. Trata-se da despesa do município efetuada com a cultura, que pode ser constatada através das atas, onde, para além do apoio a modalidades e agentes das artes do espetáculo, em especial as amadoras e associativas, também se poderá quantificar a cedência de equipamentos culturais. No entanto, não se verifica a aquisição de serviços culturais, espetáculos e outras iniciativas, em geral de maior dimensão, que possam ser oferecidas à população.

A cidade de Viana do Castelo, na figura dos agentes culturais, reflete preocupações políticas no sentido da superação de carências na programação dos equipamentos culturais e espaços da cidade, assim como o incentivo à articulação entre as associações e entidades artísticas e culturais predominantemente locais, permitindo um nível de envolvimento e rentabilização de recursos com aspetos inovadores, assim como a intervenção e difusão das mais variadas valências, procurando contribuir para uma agenda pertinente no sentido de a complementar e de criar uma dinâmica ao permitir o acesso à cultura de forma regular, com continuidade e diversificação da oferta com projetos e programas culturais de relativa pertinência, devendo os mesmos ser avaliados de acordo com a sua especificidade.

Dadas as limitações (quase não tem equipas de cultura) e constrangimentos financeiros, a Câmara tem muita dificuldade em efetuar uma avaliação. Ao mesmo tempo, os agentes sentem a necessidade da existência de uma gestão cultural eficaz e eficiente, com programas e projetos culturais que incluam, desde a sua formulação, as condições indispensáveis à sua avaliação (impacto) de acordo com o contexto em que o programa decorre.

No plano da oferta cultural foi referida a heterogeneidade de atividades, que decorrem com especial incidência no verão. Um outro aspeto a ter em conta prende-se com o número de atividades avulsas que decorrem no concelho e a ausência de vida noturna.

De um modo geral, pode dizer-se que deverá existir relação entre as associações culturais e as estratégias de política cultural autárquica e sua programação – refira-se, por exemplo, a questão dos impactos dos equipamentos culturais, visando a sua

qualificação e desfrute, ao promoverem acontecimentos culturais, atraindo públicos e abrindo lugar para a atuação dos cidadãos. Os objetivos culturais, esses, não devem ser definidos politicamente.

A responsabilidade autárquica deve limitar-se à capacidade de saber gerir os equipamentos culturais, administrar estímulos materiais, financeiros e logísticos às associações/instituições de produção e formação cultural, competindo-lhes a distribuição delineada de recursos.

A política cultural autárquica deverá promover a produção e investir na formação dos cidadãos, tal como refere Teixeira (1997), não monopolizando, mas articulando-se com as associações culturais e educacionais, permitindo uma difusão e programação cultural alargada a públicos diversificados, satisfazendo necessidades culturais.

A política cultural da Câmara não deve desenvolver-se apenas dentro da escala urbanizada com tendência a ser hierarquizada, desnivelizadora, tendo antes que direcionar-se para a democracia. Dentro do território rural, existe tal como pudemos constatar, nichos importantes de associações que desenvolvem uma forte dinâmica cultural.

A produção cultural autárquica não deverá estar só voltada para a criação e conservação do património (memória/identidade), mas também para a mudança, para a criatividade e incentivo de programações culturais voltadas para os cidadãos, tendo o município que apostar cada vez mais em práticas de investimento político no campo cultural vianense, direcionando-se para uma maior visibilidade, quer cultural, quer social na animação de espaços de cultura com projetos de intervenção cultural, perspectivados com agentes culturais locais, fomentando uma gestão integrada das condições de desenvolvimento cultural vianense e dos cidadãos.

Nos diferentes tópicos analisados, e numa leitura global, regista-se alguma incoerência entre os discursos e a ação, entre a teoria e a prática. Criam-se projetos, objetivos e critérios de atuação por um lado, mas, por outro lado, não há parcerias nem divulgação que permitam planificação e programação de acontecimentos articulados entre agentes e associações culturais e sociais.

Projetar culturalmente o município de Viana do Castelo implica pensar numa política cultural com planos exigentes de análise de contextos socioculturais, por um lado, e por outro lado, implica reunir condições que permitam fazer um diagnóstico de avaliação das atividades culturais desenvolvidas, quer pela Câmara quer pelas associações culturais, assim como dos resultados obtidos.

Dos dados recolhidos, por via das entrevistas feitas aos agentes culturais locais, à vereadora e à análise das fontes documentais, conclui-se que a confluência entre práticas e políticas culturais é uma tarefa difícil pelo facto de os órgãos do poder não a colocarem em primeiro lugar (embora também não pareça que haja tendência a colocá-la nas últimas prioridades). A atuação da política cultural vianense tem sido mais no apoio logístico e na construção e/ou apoio de infraestruturas com valências de suporte às atividades culturais.

A cultura parece ocupar um lugar significativo e parece existir vontade política no município vianense de apresentar a cultura como um dos fatores pertinentes e necessários para o desenvolvimento global do concelho, apesar dos constrangimentos financeiros. Há uma tentativa de perspetivar, política e socialmente, a cultura, equilibrando as ofertas culturais locais, quer nas valências da cultura popular, quer da cultura erudita, elaborando uma programação articulada e programada com as associações culturais do concelho que vá de encontro aos cidadãos e públicos da cultura.

Desta análise parecem evidenciar-se duas prioridades para o concelho. A primeira, interagir as atividades culturais locais com a dinâmica e as potencialidades que o concelho de Viana do Castelo oferece a nível turístico, permitindo desenvolvimento cultural, económico e social, ou dito de outra forma, sustentabilidade regional e local de que nos fala Faria (2008). A segunda, necessidade das associações culturais se fortalecerem através de estratégias e projetos culturais articulados entre si e com a programação cultural da Câmara, dando origem a uma revitalização necessária e urgente da organização sistémica dos equipamentos e espaços culturais concelhios e interconcelhios.

Parece-nos fazer todo o sentido que ao pensar-se culturalmente no concelho de Viana do Castelo se faça um esforço político no campo cultural e turístico da cidade (Santos: 2008), permitindo uma maior envolvimento das associações artísticas e culturais. Se for equacionada uma aproximação de forma coordenada, perspetivada e concertada entre as políticas culturais da Câmara e as ações culturais a desenvolver, pode originar-se uma forte dinâmica de crescimento e descentralização cultural (Silva: 2007).

Acreditamos que estas “ideias” podem ajudar a minimizar o problema que colocamos sobre o processo de tomada de decisão no que se refere à programação cultural. Assim, teríamos como horizonte o desenvolvimento local e não o modelo municipalista baseado numa matriz de poder centralista, focado na figura dos mentores municipais onde estão entranhadas estratégias de mediações clientelares. Haveria então espaço

para a promoção e desenvolvimento de organizações e instituições, nomeadamente associações que perfilham princípios e práticas democráticas – artísticas e culturais.

O município vianense não deve estar de costas voltadas para os cidadãos e associações culturais no que concerne à programação cultural, apesar da discrepância de posições e discursos que possam emergir, devendo ter uma preocupação de visão e agenda cultural integrada, criando condições para que os atores locais reflitam, tomem decisões com relativa autonomia e não estejam sujeitos ao poder político em moldes clientelares, nem tão pouco estejam sujeitos a processos gestionários nem tecnocráticos, descentralizando decisões, recursos e atividades, tal como refere Costa (1997).

Parece pois necessário revitalizar e enaltecer a democracia direta e associativa, assim como ativar e estimular a participação dos cidadãos/públicos, por exemplo através de um conselho que participe e “conduza” os processos de tomada de decisão, desenvolvendo estratégias que visam a criação e o alargamento de novos públicos (Gomes e Lourenço: 2009).

Verificamos que se valoriza a cultura materializada no património, e geralmente destacam-se os traços culturais expressos na produção artística e literária, a música, o traje e o folclore, etc. No entanto, apreciam-se, e inclusive cultivam-se, as manifestações de cultura popular, mas longe de potenciar as culturas populares e a democracia de base.

A descentralização acontece se existir enfoque holístico por parte da autarquia vianense e se a estratégia e o plano de atividades culturais for acompanhado de processos democráticos de participação das associações e instituições culturais, desde a preparação das propostas até à sua produção, encontrando-se articulada e interligada a múltiplas realidades, tal como nos refere Letria (2000).

Os dados deste estudo mostram que as associações culturais sentem a necessidade da Câmara Municipal Vianense lhes delegar competências diretas, permitindo desta forma preservar e divulgar a identidade local, potenciar recursos e dinamizar o desenvolvimento local sustentável para que se tornem, tal como refere Martelo (2005), os atores fundamentais de cooperação.

Em suma, seria importante que houvesse uma forte articulação entre a entidade político-cultural camarária e as associações e os agentes culturais na tomada de decisão das programações artísticas e culturais do Município de Viana do Castelo.

Referências Bibliográficas

Agenda 21 da Cultura. *Cidades e Governos Locais Unidos - Comissão de Cultura*. Ajuntament de Barcelona: Institut de Cultura.

Azevedo, N. (2003). *Políticas culturais à escala metropolitana: notas de uma pesquisa sobre a Área Metropolitana do Porto*, (pp.201-210). In *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*.

Bell, J. (2008). *Como realizar um projeto de investigação* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Bell, J. (1993). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gravidia - Publicações, Lda.

Blanchet, A., & Gotman, A. (1992). *L'Enquête et ses Méthodes: L'Entretien*. Paris: Éditions Nathan.

Bogdan, C., & Biklen, K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.B.

Burns, N., Grove, K. (1993). *The practice of nursing research: Conduct, critique and utilization*, 2.ª éd. Philadelphia: W. B. Saunders Inc.

Canclini, G. (2001). *Definiciones en transición*. Buenos Aires: Clacso.

Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação, Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa, Universidade Aberta.

Centeno, M. (2009). *A política cultural em Portugal na entrada do novo século*. Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. 6.º Congresso SOPCOM. (pp- 2981-2992). Disponível em http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/view/235/206. Documento consultado a 25 de outubro de 2011.

Cohen, J., Rogers, J. (1992). *Secondary associations and democratic governance*. *Politics & Society*, 20 [4], (pp.393-472).

Costa, A. (2004). *Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação*. in R. Gomes (coord.), *Os Públicos da cultura* (pp.121-140). Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Costa, A. (1997). *Políticas Culturais: conceitos e perspetivas*. in Boletim OBS nº2 (pp.10-14). Lisboa: Observatório das Atividades Culturais. Disponível em www.oac.pt. Documento consultado a 27 de Março de 2010.

Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. UNESCO. CLT.2002/WS/9.

Donders, Y. (2005). *Diversidad Cultural y Derechos Humanos: El Papel de la Unesco*. Cooperación Cultural Euroamericana (org), IV Campus euromericano de Cooperación Cultural (pp. 161-176). Brasil: Salvador de Bahía.

Faria, N. (2008). *Ver...Pensar...Fazer...Políticas Culturais para um Portugal Criativo*.

Ferin, I. (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.

Fernandes, J. (1995). *Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto: Porto Editora.

Ferreira, J. (2009). *Associativismo, Terceiro Setor e Desenvolvimento Local Sustentável*. Disponível em [http://www.inscoop.pt/Inscoop/comunicacao/5Coloquio/Comunicacoes/Economia SocialSolidariedade e Cooperacao/Associativismo, Terceiro Sector e Desenvolvimento Local Sustentavel - Jose Ferreira.pdf](http://www.inscoop.pt/Inscoop/comunicacao/5Coloquio/Comunicacoes/Economia%20SocialSolidariedade%20e%20Cooperacao/Associativismo,%20Terceiro%20Sector%20e%20Desenvolvimento%20Local%20Sustentavel%20-%20Jose%20Ferreira.pdf). Documento consultado a 25 de outubro de 2011 (pp.1-21).

Fortin, F. (1999). *O Processo de Investigação: Da Conceção à realização*. Loures: Lusociência, Edições Técnicas e Científicas Lda.

Freixo, M. (2009). *Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Grávida.

Gomes, R. (2004). *A distinção banalizada? Perfis sociais dos públicos da cultura*. in R. Gomes (coord.), *Os Públicos da cultura* (pp.32-41). Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Gomes, R., & Lourenço, V. (2009). *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquéritos aos “Serviços Educativos” em Portugal*. Lisboa: Pesquisas, OAC.

Graue, M., & Walsh, D. (2003). *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Hirst, P. (1994). *Associative Democracy. New Forms of Economic and Social Governance*. Amherst, The University of Massachusetts Press.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1985). *Declaração do México. Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>. Documento consultado a 27 de outubro de 2011 (pp.1-18).

KEA, European Affairs, “*The Economy of Culture in Europe*”, Brussels, European Commission, 2006
Kerlinger, N. (1973). *Foundations of behavioural research*, 2ª ed. New York: Holt, Rinehart e Winston Inc. Chapter III, Mapping out the economy of culture in figures (pp.59-114).

Kellerhals, J. (1974). *Les Associations dans L'Enjeu Démocratique - Étude Sur la Participation Aux Groupements Organizes*. Lausanne, Payot Lausanne.

Kerlinger, N. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. Tradução de H.M. Rotundo. São Paulo e Brasília: EPU-EDUSP e INEP.

Kvale, S. (1996). *InterViews: An introduction to qualitative research interviewing*. Thousand. London: Sage Publications.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Letria, J. (2000). *Pela cultura. A experiência de cascais e outras reflexões*. Lisboa: Hugin.

Lincoln, YS., & Guba, EG. (1985). *Naturalistic Inquiry*. Newbury Park, CA: Sage Publications.

Lopes, J. (2004). *Experiência estética e formação de públicos*. in R. Gomes (coord.), *Os Públicos da cultura* (pp.44-54). Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Lopes, J. (2003). *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das letras. Editores, S.A.

Lopes, J. (2000). *Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão*. *Sociologia*, dez. 2000, no.34, p.81-91. ISSN 0873-6529.

Lourenço, V. (2004). *Aprender com a prática: expressividade artística e formação de públicos*. in R. Gomes (coord.), *Os Públicos da cultura* (pp.163-172). Lisboa:

Observatório das Atividades Culturais.

Martelo, V. (2006). *Apresentação*. in Neves, J. & Lima, M. (org.), *Encontros alcultur – um balanço* (pp. 5-7). Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Martelo, V. (2005). *Desenvolvimento Local, Participação e Cooperação*. Cooperación Cultural Euroamericana, IV Campus euroamericano de Cooperación Cultural – Papeles Iberoamericanos (pp. 43-48). Brasil, Salvador de Bahía.

Martins, A. (2011). *O Movimento Associativo Popular e a Democracia*. (pp. 1-5). Disponível em <http://ebookbrowse.com/02-10-artur-martins-o-movimento-associativo-popular-e-a-democracia-pdf-d58353575>. Documento consultado a 25 de outubro de 2011.

Melo, A. (1997). *Política Cultural: Ação ou Omissão*. Versão eletrónica do artigo da publicação periódica do Observatório das Atividades Culturais, OBS n.º 2, outubro de 1997, pp.8-10.

Miranda, J. (2006). *Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais*. Disponível em <http://www.fd.ul.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/MirandaJorge.pdf>. Documento consultado a 25 de outubro de 2011, (pp.1-25).

Neves, J., Lima, M. (2006). *Encontros Alcultur*. Um Balanço. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Oliveira, J. (2004). *O “Público não Existe. Cria-se”*. *Novos Media, Novos Públicos*. in R. Gomes (coord.), *Os Públicos da cultura* (pp.143-151). Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Pais, J. (2010). *Apresentação*. in M. Santos & J. Pais (org.), *Novos trilhos culturais: práticas e políticas* (pp.19-26). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereira, M. (2010). *Planeamento de Políticas Culturais Existentes na Autarquia de Viana do Castelo: Exigências e Ofertas*. Viana do Castelo: Escola Superior de Educação.

Pinho, P. (2007). *Associativismo: Conceitos, Princípios e Tipologias*. Resumo. Disponível em <http://pt.shvoong.com/social-sciences/1658411-associativismo-conceitos-princ%C3%ADpios-tipologias/>. Documento consultado a 25 de out. de 2011.

Piñon, F. (2005). *Discurso Del Secretario General de La Organización de Estados*

Iberomericanos (OEI). Cooperación Cultural Euroamericana (org), IV Campus euromericano de Cooperación Cultural (pp. 21-33). Brasil: Salvador de Bahía.

Pombo, A. (2001). *Introdução*. in *Pontes de Partida*. (pp.6.7). Porto: Edições Afrontamento e Porto 2001, SA.

Ribeiro, A. (2009). *À procura da escala*. Cinco exercícios disciplinados sobre cultura contemporânea. Lisboa: Cotovia.

Ribeiro, A. (2007). *Governância Municipal*. Cidadania e governação nas câmaras municipais portuguesas.

Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo (2004). Disponível em <http://www.cm-viana-castelo.pt>. Documento consultado a 25 de outubro de 2011.

Rubim, A. (2009). *Políticas Culturais e Novos Desafios*. *Matrizes*, Vol. 2, Num. 2 (pp. 93-115). Brasil: Universidade de São Paulo. Disponível em www.redalyc.org.

Rubim, A. (2006). *Políticas Culturais entre o possível e o impossível*. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: FACOM/UFBA.

Sampieri, R., Collado, C., & Lucio, P. (2006). *Metodologia de Investigação*. São Paulo: McGraw-Hill.

Santos, M. (2007), *Políticas Culturais em Portugal*. (pp. 1-5). Disponível em www.oac.pt.

Santos, M. (coord.) (2004). *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espetáculo*. Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

Santos, S. (2008) *Imagens da Cidade Planeada*. A diversidade cultural e o pensamento estratégico urbano de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 57, (pp.131-151).

Silva, A. (2007). *Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas?* Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 54, (pp. 11-33). CIES- ISCTE- Celta.

Sousa, B. (2009). *Investigação em Educação* (2.^a ed.). Lisboa, Livros Horizonte.

Teixeira, C. (2005). *Por uma Política Cultural Integracional*. Cooperación Cultural Euroamericana, IV Campus euroamericano de Cooperación Cultural – Papeles Iberoamericanos (pp.121-130).Brasil, Salvador de Bahía.

Teixeira, J. (1997). *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras.

Tuckman, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação*, Como conceber e realizar o processo de investigação em Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 3.^a edição.

Viegas, J. (1986). *Associativismo e Dinâmica Cultural*. (pp.103-121) Disponível em <http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/954/1/6.pdf>. Documento consultado a 25 de outubro de 2011.

Entrevistas

Aço, N. (2011). Associação de Intervenção Social, Cultural e Artística. Entrevista realizada em 2 de novembro (focus group).

Barbosa, J. (2011). Dirigente do Teatro à Sexta, da área das artes cénicas. Entrevista realizada em 2 de novembro (focus group).

Barbosa, J. (2010). Dirigente do Teatro à Sexta, da área das artes cénicas. Entrevista realizada em 15 de abril (focus group).

Guerreiro, M. (2011). Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Entrevista realizada no 20 de outubro por Lúcia Lima.

Guerreiro, M. (2010). Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Entrevista realizada no 1 de abril por Lúcia Lima.

Meira, G. (2011). Responsável pelo Grupo Cultural e Desportivo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo na área da Edição. Entrevista realizada em 2 de novembro (focus group).

Meira, G. (2010). Responsável pelo Grupo Cultural e Desportivo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo na área da Edição. Entrevista realizada em 15 de abril (focus group).

Ramos, R. (2011). Produção de Animação Audiovisual – Cinema (AO NORTE). Entrevista realizada em 2 de novembro (focus group).

Rego, A. (2011). Representante do Grupo Etnográfico de Areosa (GEA). Entrevista realizada em 2 de novembro (focus group).

Ribeiro, R. (2011). Representante da Fundação Átrio da Música de Viana do Castelo. Entrevista realizada em 2 de novembro (focus group).

Ribeiro, R. (2010). Representante da Fundação Átrio da Música de Viana do Castelo. Entrevista realizada em 15 de abril (focus group).

Sardinha, E. (2010). Animador da área do Cinema (AO NORTE) e Música ligado à Associação AISCA. Entrevista realizada em 15 de Abril (focus group).

ANEXOS

Anexo 1 - Guião das Entrevistas

**A 1- Guião para a entrevista à Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de
Viana do Castelo**

**A 2 - Guião para a entrevista aos Agentes Culturais da Associação de
Intervenção Social, Cultural e Artística; do Grupo de Etnografia de Areosa; do
Grupo Cultural e Desportivo e Recreativo dos Estaleiros de Viana do Castelo, da
Fundação Átrio da Música; do Teatro à Sexta e da Associação de Produção e
Animação Audiovisual**

A1 - Guião para a entrevista à Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Viana do Castelo

O guião está dividido em 4 blocos temáticos: i) Plano estratégico da autarquia no âmbito da cultura; ii) Avaliação; iii) Relação com agentes culturais locais; iv) Formação de públicos.

Bloco I – Plano estratégico da política cultural autárquica

1. Qual é o grande objetivo da Intervenção Cultural no Município?
2. Quais são as principais dificuldades com que se deparam para cumprir os objetivos da atual política cultural? Quais são, atualmente e na prática, as principais áreas de investimento autárquico na cultura e verbas atribuídas?
3. Como é que é elaborada a programação cultural (eventos pontuais e cíclicos) da câmara? Quem é chamado a intervir para estabelecer a programação?
4. Com que objetivos é construído um projeto cultural? (especifique cada ponto)
 - Colmatar a escassez/diversificar/alargar a oferta cultural do Concelho
 - Dotar determinados equipamentos culturais com uma programação cultural regular
 - Mobilizar/criar/formar novos públicos
5. Existe alguns indícios de uma renovada preocupação com a gestão estratégica assente em princípios de aprofundamento democrático e de desenvolvimento sustentável ao nível local?
6. O município propõe a implementação efetiva de uma política cultural local assente no desenvolvimento cultural sustentável?

Bloco II - Avaliação

7. Como avalia, em termos gerais, as atividades culturais que decorrem no concelho? (indique se houve alterações significativas da planificação inicial prevista)
8. Como avalia alguns aspetos em particular, por exemplo:
 - o impacto e recetividade dos espetáculos junto dos públicos (se corresponde às expectativas iniciais)
 - a relação com as entidades proponentes/entidades artísticas, associações culturais/agentes culturais

- as verbas atribuídas às associações culturais, quem faz o quê?
Independentemente dos projetos e dinâmicas é atribuída a mesma verba às associações.

Bloco III – Relação com agentes culturais locais

9. Que tipo de relação estabelece a autarquia com os principais agentes culturais/associações culturais do concelho?
- apoia financeiramente as suas atividades
 - cede espaços e outro material para a realização de espetáculos
 - apoio na montagem de espetáculos
- Ou, por outro lado são também convidados a intervir na programação e agenda cultural, de forma a reduzir recursos e trabalhar em rede, aproveitando as sinergias e a criatividade destes?
10. Considera que deveria existir uma articulação saudável, com os agentes culturais/associações, considerando que há projetos interessantes em diversas áreas, criando projetos culturais com a mesma filosofia, devendo a Câmara Municipal contratualizar, e no fim avaliar os resultados, permitindo assim rentabilizar quer os recursos financeiros quer humanos?
- Que importância tem, em termos de oferta cultural, as atividades desenvolvidas por estes agentes no conjunto da oferta cultural do concelho?

Bloco IV – Formação de públicos

11. Como definiria, em termos gerais, a procura de eventos culturais no concelho? (é escassa; é escassa mas com públicos fidelizados; assiste-se recentemente à mobilização de novos públicos).
12. Que importância se atribuiu à criação/formação de públicos nas linhas gerais que definem a atual política autárquica para a cultura?
13. Que medidas/atividades são desenvolvidas pela Câmara para dar resposta à necessidade de se formarem novos públicos? A Câmara promove em articulação com as escolas iniciativas que visem a formação de públicos?

A2 - Guião para a entrevista aos Agentes das Associações Culturais

1. Em que medida considera que se pode falar numa política cultural do Município, de forma estrategicamente planeada, com objetivos de:

- Promoção da identidade;
- Estímulo da diversidade cultural e da criatividade;
- Fomento da participação cívica;
- Sustentabilidade do desenvolvimento cultural;

Ou, pelo contrário, na existência de medidas avulsas, euforias súbitas e investimentos efémeros.

2. Refira a importância de o plano estratégico da cultura do Município integrar as seguintes dimensões:

- Liberdade de expressão dos indivíduos e das comunidades numa cidade plural;
- Oportunidades para os criadores desenvolverem as suas potencialidades – cidade criativa;
- Integração da riqueza e variedade dos agentes culturais num ecossistema cultural denso e produtivo;
- Preservação do espaço público como lugar de encontro;
- Atuação a nível local, tendo em conta as perplexidades e os desafios globais.

3. De que forma entende a política cultural do Município, no sentido de estimular o envolvimento e a participação dos múltiplos atores locais (juntas de freguesia, associações, empresas, personalidades, etc.) nos processos de planificação estratégica, na definição de objetivos, na programação cultural e na avaliação de planos, programas e projetos.

4. Considera que a Câmara Municipal tem uma articulação saudável, com os agentes culturais/associações, considerando que há projetos interessantes em diversas áreas, criando projetos culturais com a mesma filosofia, devendo a Câmara Municipal contratualizar, e no fim avaliar os resultados, permitindo assim rentabilizar quer os recursos financeiros quer humanos?

5. Em que medida entende que a política cultural do Município integra uma visão holística dos problemas urbanos e a consequente integração e concertação

entre políticas locais sectoriais (educação, saúde, sociedade, urbanismo, economia, cultura e património, ambiente, turismo, etc.).

6. Consideram importante a existência de um tipo de Conselho e de agentes culturais no aconselhamento da Câmara Municipal no planeamento estratégico?

Anexo 2 – Informação e pedido de colaboração e autorização para a utilização de direitos de imagem

A 1- Pedido de colaboração aos Agentes Culturais
A2 – Pedido de autorização: Declaração de direitos de imagem

A1 - Pedido de colaboração aos Agentes Culturais

┌

└

Exmo(a) Senhor(a):

2011/10/11

ASSUNTO: Pedido de Colaboração

Exmo. Senhor,

Venho por este meio solicitar a V. Ex. que, se digne a colaborar no seguinte: sou aluna Lúcia Lima da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo Mestranda em Gestão Artística e Cultural, e no âmbito da dissertação do Mestrado, encontro-me a desenvolver uma investigação com a seguinte temática: Participação das Associações e Agentes Culturais na Tomada de Decisão das Programações Artísticas e Culturais do Município de Viana do Castelo.

Neste sentido, venho por este meio solicitar a sua colaboração que se traduziria na abordagem da temática acima enunciada.

Esclarecesse que a entrevista (focus group) consiste num pequeno grupo (associações culturais) de discussão que será orientado pelo moderador Prof. Doutor José Escaleira na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo (IPVC).

Agradeço antecipadamente a sua atenção.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

Mestranda
(Lúcia Lima)

A2- Declaração de Direitos de Imagem

Pedido de Autorização

Declaração de Direitos / Princípio ético

Nome _____,
portador(a) do cartão de cidadão e/ou Bilhete de Identidade nº _____,
declara para os devidos efeitos que, conhece o objeto, a natureza e a finalidade do
estudo da investigadora Maria Lúcia da Costa Lima Pereira, portadora do cartão de
cidadão n.º 10758757 2ZZ6, e, autoriza o tratamento e divulgação dos dados,
consentindo também que a entrevista seja gravada em áudio.

Viana do Castelo, 2 de novembro de 2011

Assinatura
